

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

Ampla Energia e Serviços S.A.

2017

27 de fevereiro de 2018

Relatório da Administração

Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas

Parecer do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Companhia

Parecer do Conselho de Administração



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Ampla Energia submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2016, exceto quando especificado em contrário. Os dados operacionais marcados com (*) não foram auditados pela auditoria independente BDO RCS Auditores Independentes S.S.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. No ano de 2017, as bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis.

De 01/02/2016 à 31/01/2017 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;

A partir de 01/02/2017 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.203/2017)

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração.

Até 28/02/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos;

De 01/03 até 31/08/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 5,50 para cada 100 kWh consumidos;

De 01/09/2015 à 31/01/2016 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos;

De 01/02/2016 à 31/01/2017 - A tarifa passou a ter dois patamares de acréscimo (R\$ 3,00 ou R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos);

De 01/02/2017 à 31/10/2017 - A tarifa dos dois patamares passou a ser R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 3,50 (patamar 2) para cada 100 kWh consumidos.

(REH 2.203/2017)

A partir de 01/11/2017 - A tarifa da bandeira patamar 2 passou a ser R\$ 5,00 para cada 100 kWh consumidos (Audiência Pública 061/2017).

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 15 de dezembro de 2015, a Resolução Homologatória n.º 2.002 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2016. O PLD máximo foi fixado em R\$ 422,56 /MWh e o valor mínimo em R\$ 30,25/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de Janeiro de 2016.

Em 13 de dezembro de 2016, a Resolução Homologatória n.º 2.190 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2017. O PLD máximo foi fixado em R\$ 533,82/MWh e o valor mínimo em R\$ 33,68/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2017.

Em 22 de dezembro de 2017, a Resolução Homologatória n.º 2.364 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2018. O PLD máximo foi fixado em R\$ 505,18/MWh e o valor mínimo em R\$ 40,16/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018.

Assinatura do 6º Aditivo ao Contrato de Concessão e Reajuste Tarifário Anual

Em 14 de março de 2017, a Ampla assinou o 6º Aditivo ao Contrato de Concessão com as novas regras conforme resultados das Audiências Públicas (AP) nº 095 e 058. Nessas audiências foram discutidas a regulamentação e a aplicação dos procedimentos tarifários a serem adotados para as distribuidoras que assinarem, por opção, o termo aditivo com as novas regras, de acordo com o Despacho nº 2.194/2016. Dentre os principais temas contemplados no Aditivo, que visa contribuir para a sustentabilidade da atividade de concessão da Companhia, estão: (i) a trajetória de perdas não técnicas que irá compor as tarifas até 2019; (ii) a trajetória para adequação dos indicadores de qualidade do serviço que deverão ser atendidos pela Companhia e (iii) a antecipação da próxima Revisão Tarifária de março de 2019 para março de 2018. As novas regras já foram aplicadas no reajuste tarifários de 2017.

De acordo com o seu contrato de concessão, a Companhia teve seu reajuste tarifário em 15 de março de 2017. O reajuste tarifário médio foi de -6,51%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 2.207, de 14 de março de 2017. Para os consumidores de baixa tensão, o reajuste foi, em média, -6,24%. Já para os clientes de média e alta tensão, o índice foi, em média, -7,12%.

PRINCIPAIS INDICADORES
DESTAQUES DO PERÍODO

	2017	2016	Var. %
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	11.431	11.562	-1,1%
Receita Bruta (R\$ mil)	8.377.612	7.576.545	10,6%
Receita Líquida (R\$ mil)	5.338.280	4.466.989	19,5%
EBITDA (1) (R\$ mil)*	637.182	380.263	67,6%
Margem EBITDA (%)*	11,94%	8,51%	3,43 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	14,84%	10,62%	4,22 p.p
EBIT (2) (R\$ mil)*	342.561	127.116	>100,0%
Margem EBIT (%)*	6,42%	2,85%	3,57 p.p
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	(102.977)	(221.832)	-53,6%
Margem Líquida	-1,93%	-4,97%	3,04 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	-2,40%	-6,19%	3,79 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	1.099.185	920.773	19,4%
DEC (12 meses)*	18,21	22,29	-18,3%
FEC (12 meses)*	9,87	12,52	-21,2%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	97,01%	96,75%	0,26 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	20,35%	19,40%	0,95 p.p
Nº de Consumidores Totais*	3.029.751	3.059.498	-1,0%
Nº de Colaboradores (Próprios)*	970	1.005	-3,5%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	1.286	1.257	2,3%
PMSO (3)/Consumidor*	266,18	317,28	-16,1%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	341	333	2,4%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	8.891	9.196	-3,3%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

DESEMPENHO OPERACIONAL
NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	2017	2016	Var. %
Mercado Cativo	2.663.469	2.610.248	2,0%
Residencial - Convencional	2.311.609	2.248.091	2,8%
Residencial - Baixa Renda	126.328	126.278	0,0%
Industrial	3.979	4.317	-7,8%
Comercial	138.399	146.128	-5,3%
Rural	65.493	66.670	-1,8%
Setor Público	17.661	18.764	-5,9%
Clientes Livres	260	177	46,9%
Industrial	85	68	25,0%
Comercial	151	86	75,6%
Setor Público	23	23	-
Residencial	1	-	-
Revenda	12	12	-
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	2.663.741	2.610.437	2,0%
Consumo Próprio	335	321	4,4%
Consumidores Ativos sem Fornecimento	365.675	448.740	-18,5%
Total - Número de Consumidores	3.029.751	3.059.498	-1,0%

A Ampla Energia encerrou 2017 com uma redução de 1,0% no número de consumidores em relação ao registrado em 2016. Embora tenha havido uma redução no total de consumidores, o mercado cativo da Companhia apresentou um aumento entre os períodos analisados, o qual está concentrado na classe residencial (convencional) com 63.518 novos consumidores*. Essa evolução evidencia o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla, com reflexo nos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 311 milhões.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2017	2016	Var. %
Mercado Cativo	8.695	9.256	-6,1%
Cientes Livres	2.313	1.888	22,5%
Revenda	423	418	1,2%
Total - Venda e Transporte de Energia	11.431	11.562	-1,1%

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla no ano de 2017 apresentou uma retração de 131 GWh em relação ao ano de 2016. Esta redução é o efeito combinado de uma retração observada no mercado cativo da Companhia de 561 GWh, parcialmente compensada por (ii) um maior volume de energia transportada para os clientes livres e para revenda no ano de 2017, 425 GWh e 5 GWh, respectivamente. A energia transportada gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2017	2016	Var. %
Residencial - Convencional	4.649	4.624	0,5%
Residencial - Baixa Renda	203	235	-13,6%
Industrial	361	639	-43,5%
Comercial	1.892	2.102	-10,0%
Rural	253	252	0,4%
Setor Público	1.337	1.404	-4,8%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	8.695	9.256	-6,1%

O consumo do mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de 6,1% no ano de 2017 quando comparado ao ano de 2016. Os principais fatores que ocasionaram essa retração no consumo foram (i) a redução da venda de energia per capita no mercado cativo, de -7,9%, parcialmente compensado pelo, (ii) crescimento vegetativo do mercado cativo em 2,0%.

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	2017	2016	Var. %
DEC 12 meses (horas)	18,21	22,29	-18,3%
FEC 12 meses (vezes)	9,87	12,52	-21,2%
Perdas de Energia 12 meses (%)	20,35%	19,40%	0,95 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	97,01%	96,75%	0,26 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	1.286	1.257	2,3%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	341	333	2,4%
PMSO (1)/Consumidor	266,18	317,28	-16,1%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	8.891	9.196	-3,3%

(1) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Ampla. Ambos os indicadores apresentaram uma evolução em 2017 em relação a 2016, explicados, principalmente, pela melhoria na qualidade do sistema, devido aos investimentos realizados nos últimos anos.

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 20,35%* no 4T17, um acréscimo de 0,95 p.p. em relação às perdas registradas no 4T16, de 19,40%*. Este aumento é explicado, principalmente, pelo aumento da criminalidade no Rio de Janeiro em conjunto com a deteriorização da economia do estado.

A Ampla Energia investiu R\$ 414 milhões* em qualidade do sistema no ano de 2017, e R\$ 103 milhões* no combate às perdas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	2017	2016	Var. %
Receita Operacional Bruta	8.377.612	7.576.545	10,6%
Deduções à Receita Operacional	(3.039.332)	(3.109.556)	-2,3%
Receita Operacional Líquida	5.338.280	4.466.989	19,5%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(4.995.719)	(4.339.873)	15,1%
EBITDA(1)*	637.182	380.263	67,6%
Margem EBITDA*	11,94%	8,51%	3,43 p.p
Margem EBITDA ex- Receita de Construção*	14,84%	10,62%	4,22 p.p
EBIT(2)*	342.561	127.116	>100,0%
Margem EBIT*	6,42%	2,85%	3,57 p.p
Resultado Financeiro	(490.635)	(443.319)	10,7%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	45.097	94.371	-52,2%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(102.977)	(221.832)	-53,6%
Margem Líquida	-1,93%	-4,97%	3,04 p.p
Margem Líquida ex- Receita de Construção	-2,40%	-6,19%	3,79 p.p
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	(0,62)	(2,26)	-72,7%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Ampla sofreu um incremento de R\$ 801 milhões em relação ao ano de 2016. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2017, alcançou o montante de R\$ 7,3 bilhões, o que representa um incremento de 9,6% (R\$ 643 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 6,7 bilhões. Este incremento é o efeito líquido dos seguintes fatores principais, destacados abaixo:

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	2017	2016	Var. %
Fornecimento de Energia	6.234.754	6.555.189	-4,9%
Suprimento de Energia Elétrica	72.508	77.362	-6,3%
Baixa Renda	35.817	42.063	-14,8%
Subvenção CDE - desconto tarifário	182.936	180.275	1,5%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	6.526.015	6.854.889	-4,8%
Disponibilidade da Rede Elétrica	484.887	310.125	56,4%
Receita de Construção	1.043.446	884.905	17,9%
Ativos e passivos financeiros setoriais	242.827	(518.199)	<-100,0%
Outras Receitas	80.437	44.825	79,4%
Total - Receita Operacional Bruta	8.377.612	7.576.545	10,6%

Variações relevantes

Ativos e passivos setoriais (incremento de R\$ 761 milhões): este incremento deve-se, principalmente, aos seguintes fatores: (i) maiores amortizações do passivo regulatório do período passado (2016/2017); e (ii) o aumento do ativo regulatório devido ao maior risco hidrológico e custos com compra de energia no ano de 2017, que serão ressarcidos no próximo reajuste tarifário de março de 2018.

Disponibilidade da Rede Elétrica (incremento de R\$ 175 milhões): deve-se ao aumento de 22,5% no volume de energia vendida para o mercado livre da Companhia (2.313 GWh em 2017 versus 1.888 GWh em 2016).

Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo (redução de R\$ 329 milhões): Esta redução está associada aos seguintes efeitos: (i) Reajuste Tarifário de 2017, aplicado a partir de 14 de março de 2017, que reduziu as tarifas dos consumidores da Ampla em 6,51% em média, em conjunto com a (ii) Redução de 6,1% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (8.695 GWh em 2017 versus 9.257 GWh em 2016).

Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita em 2017 apresentaram uma redução de R\$ 70 milhões em relação ao ano anterior. Esta redução é o efeito das seguintes variações:

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	2017	2016	Var. %
ICMS	(1.732.793)	(1.721.457)	0,7%
PIS	(130.251)	(111.530)	16,8%
COFINS	(512.159)	(513.713)	-0,3%
ISS	(3.382)	(3.030)	11,6%
Total - Tributos	(2.378.585)	(2.349.730)	1,2%
Encargo setorial CDE	(612.817)	(712.064)	-13,9%
Programa de Eficiência Energética e P&D	(42.254)	(41.281)	2,4%
Taxa de fiscalização	(5.676)	(6.481)	-12,4%
Total - Encargos Setoriais	(660.747)	(759.826)	-13,0%
Total - Deduções da Receita	(3.039.332)	(3.109.556)	-2,3%

Tributos (incremento de R\$ 29 milhões): Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento da base de cálculo para apuração destes tributos, em função do incremento observado na receita operacional da Companhia entre os períodos analisados.

Encargos Setoriais (redução de R\$ 99 milhões): Esta redução deve-se, principalmente, a aprovação da Resolução homologatória Nº 2.204 de 07/03/2017, que aprovou o orçamento anual da Conta de Desenvolvimento Energético, o qual reduziu o orçamento da CDE-USO em comparação ao orçado no ano anterior.

Custos do Serviço e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2017 alcançaram R\$ 4,9 bilhões, um incremento de R\$ 656 milhões em relação ao ano de 2016. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional, em 2017, alcançaram o montante de R\$ 3,95 bilhões o que representa um incremento de R\$ 497 milhões em relação ao no de 2016, cujo montante foi de R\$ 3,45 bilhões. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2017	2016	Var. %
Custos e despesas não gerenciáveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.483.259)	(1.825.602)	36,0%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(380.621)	(233.329)	63,1%
Encargos dos Serviços dos Sistemas	(19.515)	(78.859)	-75,3%
Ressarcimento de encargos serviço do sistema	88.754	-	-
Total - Não gerenciáveis	(2.794.641)	(2.137.790)	30,7%
Custos e despesas gerenciáveis			
Pessoal	(140.606)	(161.513)	-12,9%
Material e Serviços de Terceiros	(448.824)	(500.096)	-10,3%
Custo de Desativação de Bens	(52.915)	(89.150)	-40,6%
Depreciação e Amortização	(294.621)	(253.147)	16,4%
PCLD (Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(131.431)	(208.947)	-37,1%
Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	(37.820)	(53.352)	-29,1%
Custo de Construção	(1.043.446)	(884.905)	17,9%
Indenizações DIC / FIC	(53.692)	(55.276)	-2,9%
Receita de multa por impontualidade de clientes	50.059	51.115	-2,1%
Outras Despesas Operacionais	(47.782)	(46.812)	2,1%
Total - Gerenciáveis	(2.201.078)	(2.202.083)	-0,0%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(4.995.719)	(4.339.873)	15,1%

Variações relevantes

Energia Elétrica comprada para Revenda (incremento de R\$ 658 milhões): deve-se, principalmente, a (i) reajustes contratuais, (ii) estorno de provisão de custo de pagamento à UHE Jirau de R\$ 163 milhões no primeiro trimestre de 2016, (iii) maior risco hidrológico, devido a piora do cenário de hidrologia no país, ocasionando um aumento de preço marginal da operação em 2017 versus 2016.

Pessoal (Redução de R\$ 21 milhões): deve, principalmente, ao pagamento do programa de demissão voluntária em 2016 que refletiu no aumento dos custos deste ano, em conjunto com maiores valores imobilizados em 2017.

Material e Serviços de Terceiros (redução de R\$ 51 milhões): deve-se, principalmente, a maior eficiência na gestão de custos operacionais com menor volume de operações, entre os períodos comparados.



Custo de Desativação de Bens (redução de R\$ 36 milhões): deve-se ao maior volume de investimentos realizados em 2016 que necessitou realizar troca de equipamentos ainda não totalmente depreciados, gerando assim maior custo de desativação no período anterior.

Provisões para créditos de liquidação duvidosa (redução de R\$ 78 milhões): redução, principalmente, em função da Companhia ter revisado em 2017 seu critério de constituição de créditos de difícil recebimento. Dentre as principais mudanças destaca-se a revisão do critério de reconhecimento da Provisão para Devedores Duvidosos de clientes residenciais para os quais se observou melhoria no perfil de crédito. Para esses clientes a Companhia passou a provisionar apenas créditos vencidos há mais de 180 dias (anteriormente 90 dias).

Depreciação e Amortização (incremento de R\$ 41 milhões): Este incremento se deve ao aumento da base de ativos, devido ao elevado montante de investimentos efetuado entre os períodos analisados.

Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2017, alcançaram o montante de R\$ 1,16 bilhão, o que representa uma redução de 12,1% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 1,31 bilhão.

EBITDA e Margem EBITDA

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Ampla Energia atingiu o montante de R\$ 637 milhões no ano de 2017, o que representa um aumento de R\$ 257 milhões em relação ao ano de 2016, cujo montante foi de R\$ 380 milhões. A margem EBITDA da Companhia em 2017 foi de 14,84%, o que representa um incremento de 4,22 p.p. em relação a 2016, de 10,62%.

De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. Segue abaixo a conciliação dos cálculos acima citados:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	2017	2016	Var. %
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(102.977)	(221.832)	-53,6%
(+) Tributo sobre o Lucro (NE 28)	(45.097)	(94.371)	-52,2%
(+) Resultado Financeiro (NE 27)	490.635	443.319	10,7%
(=) EBIT	342.561	127.116	>100,0%
(+) Depreciações e Amortizações (NE 26)	294.621	253.147	16,4%
(=) EBITDA	637.182	380.263	67,6%

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas da Ampla encerraram o exercício de 2017 em R\$ 491 milhões, um incremento de R\$ 47 milhões em relação ao ano anterior. Este incremento é o efeito líquido das seguintes variações:

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2017	2016	Var. %
Receitas Financeiras			
Renda de Aplicação Financeira	14.782	25.536	-42,1%
Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes	29.468	36.904	-20,1%
Variações monetárias	23.477	16.482	42,4%
Receita financeira de ativo indenizável	74.436	139.330	-46,6%
Atualização crédito de Pis/Cofins	148.060	-	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	123.770	180.231	-31,3%
Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	-	23.998	-100,0%
Outras receitas financeiras	15.519	20.816	-25,4%
Total - Receitas Financeiras	429.512	443.297	-3,1%
Despesas financeiras			
Encargo de dívidas	(266.955)	(241.206)	10,7%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(121.968)	(144.943)	-15,9%
Encargo de fundo de pensão	(45.898)	(47.447)	-3,3%
Variações monetárias debêntures	(12.943)	(40.661)	-68,2%
Juros debêntures	(64.191)	(102.010)	-37,1%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(178.038)	(216.105)	-17,6%
IOF	(19.177)	(24.956)	-23,2%
Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	(31.907)	-	-
Encargos com vendas de recebíveis	(121.000)	-	-
Outras despesas financeiras	(58.070)	(69.288)	-16,2%
Total - Despesas Financeiras	(920.147)	(886.616)	3,8%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(490.635)	(443.319)	10,7%



Variações relevantes

Renda de aplicação financeira (redução de R\$ 11 milhões): A variação explica-se devido aos seguintes fatores: (i) o CDI, índice que mede a rentabilidade das aplicações financeiras, reduziu no período, acompanhando o movimento da taxa básica de juros (SELIC). O CDI acumulado em 12 meses reduziu de 14,06% em 2016 para 10,06% em 2017; (ii) o caixa médio apresentou uma redução passando de R\$ 212 milhões em 2016 para R\$ 97 milhões no 2017.

Receita do Ativo Indenizável (redução de R\$ 65 milhões): A variação reflete a redução do IPCA acumulado entre os períodos analisados (6,29% em 2016 versus 2,95% em 2017).

Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais – receita/despesa (incremento líquido de despesa em R\$ 56 milhões): aumento em função do saldo líquido ser mais passivo do que ativo ao longo do ano, o que gerou mais despesa.

Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap (incremento líquido de despesa em R\$ 18 milhões): Este valor reflete a marcação a mercado e a variação cambial da ponta ativa dos derivativos (swaps) - redução de R\$ 56 milhões. Em contrapartida, se observa também a variação de R\$ 38 milhões (*Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap*) nas despesas financeiras que correspondem as apropriações da ponta passiva do instrumento.

Encargos com vendas de recebíveis (incremento de R\$ 121 milhões: deve-se aos custos da operação de vendas de recebíveis realizada de forma contínua ao longo de 2017, a qual foi iniciada no final de 2016.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

Atualização de crédito PIS/COFINS (incremento de R\$ 148 milhões): deve-se a uma decisão judicial favorável à Companhia referente a restituição do valor pago pela Ampla de COFINS entre abril/1992 e agosto/1996, que não era devido, uma vez que gozava de imunidade tributária na época.

Encargos de Dívidas e juros e variação monetária de debentures (redução de R\$ 40 milhões): Esta redução deve-se, principalmente, ao maior saldo médio da dívida em 2017, parcialmente compensado pela redução do CDI entre os períodos analisados.

Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (redução de 23 milhões): Deve-se a acordos realizados no período o que gerou redução da base de contingências que sofre atualização.

IR/CSLL

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 2017 registraram R\$ 45 milhões de receita de impostos diferidos, a qual é justificada pela redução da base de cálculo destes impostos.

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	2017	2016	Var. %
Tributos	45.097	94.371	-52,2%
Total	45.097	94.371	-52,2%

Lucro Líquido e Margem Líquida

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla registrou em 2017 um prejuízo de R\$ 103 milhões, valor R\$ 119 milhões menor do que o registrado no ano de 2016, que foi de R\$ 222 milhões. A Margem Líquida em 2017 foi de -2,40%.

ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

A dívida bruta da Ampla Energia reduziu R\$ 148 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por: (i) realização de maiores operações de crédito intercompanhia no montante de aproximadamente de R\$ 1.007 milhões entre os períodos comparados, (ii) captações de recursos de repasse BNDES em torno R\$ 417 milhões, (iii) captações bancárias em cerca de R\$ 250 milhões, (iv) captações de debentures de R\$ 600 milhões, (v) provisão de encargos e variações monetária de R\$ 256 milhões; compensados, por (vi) amortizações em torno de R\$ 1.259 milhões, (vii) capitalização dos mútuos subordinados no valor de R\$ 1.200 milhões, e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 209 milhões ocorridos entre os períodos.

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2017	2016	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	3.146.202	3.294.352	-4,5%
Dívida com Terceiros	2.210.082	2.082.376	6,1%
Dívida Intercompany	936.120	1.211.976	-22,8%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	426.006	305.129	39,6%
Dívida Líquida (R\$ mil)	2.720.196	2.989.223	-9,0%

A Ampla encerrou o ano 2017 com o custo médio da dívida (12 meses) em 10,31% a.a.*, ou CDI + 1,77% a.a.



Classificação de Riscos (Rating)

Em dezembro de 2017, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings atribuiu o Rating Nacional de longo prazo 'AAA(bra)' à Ampla Energia e Serviços S.A. e à sua nona emissão de debêntures, no montante de R\$ 600 milhões. A Perspectiva do rating corporativo é estável.

Em 21 de fevereiro de 2018, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Standard & Poor's Rating Services ("S&P") elevou o rating de crédito corporativo da Ampla de longo prazo na Escala Global de 'BB' para 'BB+' e na Escala Nacional Brasil de brAA- para 'brAAA'. A perspectiva dos ratings em ambas as escalas é estável.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia tem a seu dispor R\$ 100 milhões em linhas de crédito abertas com bancos em caráter irrevogável (linhas comprometidas), além de R\$ 50 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Ampla tem autorização da Aneel para contratação de operações de mútuo com seu grupo controlador por até R\$ 2,20 bilhões com prazo até 10 de dezembro de 2019, dos quais R\$ 830 milhões havia sido utilizado até dezembro de 2017. O colchão de liquidez tem sido utilizado pela Companhia com o objetivo de cobrir o déficit de caixa ocasionado principalmente para financiamento de investimentos.

Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras referentes ao ano de 2017, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais e Demonstrações Financeiras Anuais, os quais foram atingidos em 31 de Dezembro de 2017. Segue abaixo o cálculo dos covenants financeiros exigidos nas debêntures de emissão da Ampla (9ª Emissão).

<u>Cálculo dos Indicadores Financeiros*</u>	<u>2017</u>
Lucro (prejuízo) Líquido	(102.977)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	45.097
(-) Resultado Financeiro	(490.635)
(-) Provisões para Contingências	(37.820)
(-) Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(134.302)
(-) Depreciação e Amortização	(294.621)
EBITDA 12 Meses	809.304
Empréstimos e Financiamentos	1.611.561
Debêntures	598.522
Mútuos com partes relacionadas (não subordinados)	767.190
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	305.915
(-) Aplicações Financeiras	120.091
(-) Depósito em garantias de financiamento	-
Dívida Financeira Líquida	2.551.267
Patrimônio Líquido	3.356.968
<u>Covenants Financeiros</u>	
Dívida Fin. Líquida/EBITDA - Limite Máx. 4,00	3,15
Dívida Fin. Líquida/(Dívida Fin. Líquida + PL) - Limite Máx. 0,60	0,43

INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	<u>2017</u>	2016	Var. %
Novas Conexões	311.058	219.120	42,0%
Rede	516.306	630.572	-18,1%
Combate às Perdas	102.601	164.976	-37,8%
Qualidade do Sistema Elétrico	413.705	465.596	-11,1%
Outros	189.728	128.103	48,1%
Variação de Estoque	82.093	(57.022)	<-100,0%
Total Investido	1.099.185	920.773	19,4%
Aportes / Subsídios	(77.623)	(32.138)	>100,0%
Investimento Líquido	1.021.562	888.635	15,0%

Os investimentos realizados pela Ampla Energia em 2017 alcançaram R\$ 1.099 milhões, um acréscimo de R\$ 178 milhões em relação ao ano anterior. O maior volume em 2017, foi direcionado aos investimentos em qualidade do sistema, que representou cerca de 38% de todo o valor investido no período mencionado. Excluindo os aportes e subsídios, os investimentos líquidos realizados pela Ampla atingiram R\$ 1.022 milhões em 2017.



RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Ampla mantém a sustentabilidade em sua estratégia, integrando o plano industrial com o seu plano de sustentabilidade. Desta forma, envolve todas as áreas da companhia para desenvolvimento sustentável do negócio e da sociedade. Seu planejamento estratégico é executado a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e fornecedores e possui objetivos, metas e indicadores monitorados nas diversas áreas da empresa, em alinhamento com os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). As empresas Enel tem metas diretas para quatro deles: Educação de Qualidade (ODS 4), Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso irregular de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, agregar ferramentas para melhoria da qualidade da educação de crianças e jovens, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são foco de sua atuação. A Ampla conta com diversos projetos, todos apoiados pelo Enel Compartilha Liderança em Rede, que atua com líderes comunitários de modo a facilitar o entendimento das necessidades e expectativas locais para o desenvolvimento dos projetos.

Os 46 projetos desenvolvidos na Ampla beneficiaram 445 mil pessoas, com um investimento de R\$ 18 milhões. Também foram gerados mais de R\$ 1,1 milhão em renda extra para as comunidades por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo, trocadas 136.763 lâmpadas ineficientes por modelos econômicos e 4.658 refrigeradores antigos por modelos com selo A do Procel. Entre os projetos realizados, destacam-se:

Ecoenel: São realizadas parcerias com recicladores para que os clientes da empresa possam trocar seus resíduos por bônus da conta de luz. O projeto favorece a conscientização sobre o uso adequado dos recursos ambientais, incentivando a reciclagem e o uso consciente da energia.

Luz Solidária: É um projeto de crowdfunding onde os clientes das empresas de distribuição da Enel recebem um incentivo em desconto nas lojas varejistas parceiras do programa para trocar um equipamento elétrico de sua casa por outro mais eficiente (como ar condicionados, geladeiras, freezer), concordando em entregar o antigo para a reciclagem e em contribuir financeiramente para um projeto social.

Enel Compartilha Consumo Consciente: Para promover o acesso à energia, o programa vai até a casa das pessoas ou em espaços comunitários para dialogar sobre o uso sustentável da energia elétrica e de outros recursos. Um outro equipamento desse programa que apoia a difusão do consumo consciente de energia, são as carretas customizadas com maquetes, jogos e animação sobre energia e meio ambiente, que ficam abertas ao público em praças públicas, promove concursos e sorteios de troca de equipamentos, como lâmpadas e geladeiras e ainda realiza visitas em escolas.

Enel Compartilha Oportunidade: Promove o desenvolvimento social e econômico das regiões onde a empresa atua, desenvolve projetos de capacitação para o mercado de trabalho para jovens e adultos nas comunidades do entorno, cria redes de empregadores com as empresas contratadas em sua cadeia de valor e com outras empresas da região. O programa também emprega alguns desses jovens em suas atividades e identifica outras oportunidades de emprego, encaminhando-os e acompanhando seu desenvolvimento profissional.

Enel Compartilha Empreendedorismo: O programa desenvolve e apoia projetos que potencializam o desenvolvimento econômico de pessoas e grupos em comunidades de baixa renda, estimulando a formação de redes e associações produtivas comunitárias, apoiando-os na qualificação de seus produtos, na criação de canais de venda, na formação para gestão e desenvolvimento de mercado, respeito ao meio ambiente e possível aporte de estrutura e insumos.

Rede do Bem – Programa de Voluntariado Enel Brasil: Desde 2012 a Rede do Bem promove ações de voluntariado, a fim de estimular a cidadania e criar um ambiente de cooperação entre os colaboradores da empresa com as comunidades. Em 2015 foi lançada a nova plataforma online do programa, que deu aos voluntários mais autonomia e interatividade dentro da Rede do Bem. Em 2017 foram promovidas campanhas de doação, caminhadas ecológicas, Natal com propósito, reformas e outras atividades que mobilizaram 232 voluntários.

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: Lançado em 2015, com o objetivo de criar e difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor, o programa promove ações focadas na transformação dos espaços, dos processos e das pessoas na empresa. Em 2017 temas como direitos humanos, controle financeiro, empreendedorismo e cuidados com o meio ambiente, foram abordados nas 36 atividades, durante os quatro meses dedicados aos pilares Ser Humano, Ser Social, Ser Ambiental e Ser Econômico.

Em 2017 a companhia manteve seu sistema de gestão ambiental certificado pela ISO 14001. Para a conscientização ambiental e engajamento dos colaboradores no tema, a companhia realiza continuamente atividades de educação ambiental em datas relevantes, a exemplo do Dia Mundial da Água, Dia Mundial da Árvore e Dia Mundial do Meio Ambiente.

A empresa possui ainda processos certificados pelas normas ISO 9001 e OHSAS 18001.

RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

Prêmio FIRJAN de Ação Socioambiental - A Enel Brasil recebeu durante a cerimônia do Prêmio Firjan de Ação Ambiental 2017, realizado no Rio de Janeiro, uma menção honrosa referente ao Programa Ecoenel. Na sua quinta edição, o Prêmio Firjan de Ação Ambiental valoriza práticas de empresas de todos os portes que tenham aprimorado seus processos produtivos ao implantar projetos com foco em sustentabilidade.



RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a BDO RCS Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Contábeis Anuais, revisões das suas informações trimestrais e a certificação dos valores apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias (DCR) para um período de 1 (um) ano, assim como contratou serviços de procedimentos previamente acordados para atender ao Despacho nº 514, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, relativo ao Relatório de Controle Patrimonial - RCP.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Enel quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria com o auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Composição da Diretoria

- Ramón Francisco Castañeda Ponce – Diretor-Presidente
- Fernando Andrade – Diretor de Planejamento e Engenharia
- Márcia Sandra Roque Vieira Silva – Diretora de Mercado
- Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira – Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle; Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
- Carlos Ewandro Naegele Moreira – Diretor de Recursos Humanos e Organização
- José Nunes de Almeida Neto - Diretor de Relações Institucionais
- Janaina Savino Vilella Carro – Diretora de Comunicação
- José Alves de Mello Franco – Diretor de Regulação
- Déborah Meirelles Rosa Brasil – Diretora Jurídica
- Margot Frota Cohn Pires – Diretora de Compras

Composição do Conselho de Administração

Conselheiros Efetivos:

- Mário Fernando de Melo Santos
- Monica Hodor
- Carlo Federico Vladimir Il'ic Zorzoli
- José Távora Batista
- José Alves de Mello Franco
- Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira
- Luiz Carlos Franco Campos

Conselheiros Suplentes:

- Carlos Ewandro Naegele Moreira
- Gabriel Maluly
- Cláudio Cesar Weyne da Cunha
- Flávia da Silva Baraúna
- Déborah Meirelles Rosa Brasil
- Márcia Massotti de Carvalho
- Otacílio de Souza Junior

Contador Responsável

Franklin Natanael da Silva – CRC RJ 093216/O-0

Relações com Investidores

Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Isabel Regina Barroso de Alcantara – Responsável por Relações com Investidores

Investorrelations.ampla@enel.com

Niterói, 27 de Fevereiro de 2018.

Administração

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Ativos			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	305.915	251.357
Títulos e valores mobiliários	7	120.091	53.772
Consumidores e outras contas a receber	8	763.400	736.365
Consumidores - serviços prestados		85.585	84.519
Ativos financeiros setoriais	11	75.332	-
Subvenção CDE - desconto tarifário	9	346.447	277.512
Cauções e depósitos		-	63.601
Tributos a compensar	10	304.050	74.643
Serviço em Curso		65.029	65.426
Instrumentos Financeiros derivativos - <i>SWAP</i>	17	2.637	787
Outros créditos		87.594	125.425
Total do ativo circulante		2.156.080	1.733.407
Não circulante			
Consumidores	8	50.140	59.261
Depósitos vinculados a litígios	22	236.510	223.325
Tributos a compensar	10	106.406	125.300
Serviço em Curso		14.351	-
Instrumentos Financeiros derivativos - <i>SWAP</i>	17	4.329	10.316
Tributos diferidos	28	420.095	369.898
Ativo indenizável (concessão)	12	2.864.913	2.242.355
Imobilizado	13	61.619	71.552
Intangível	14	3.416.279	3.268.616
Total do ativo não circulante		7.174.642	6.370.623
Total dos ativos		9.330.722	8.104.030

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Passivos			
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	15	900.125	688.858
Empréstimos e financiamentos	17	1.090.025	373.422
Debêntures	18	1.630	416.918
Salários, Provisões e encargos sociais		43.072	42.546
Obrigações fiscais	16	124.737	124.301
Dividendos a pagar		46.515	46.515
Passivos financeiros setoriais	11	-	19.042
Taxa regulamentares	19	369.210	339.189
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	17	34.291	13.510
Outras obrigações		75.817	83.549
Total do passivo circulante		2.685.422	2.147.850
Não circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	15	404	162
Empréstimos e financiamentos	17	1.410.683	1.878.665
Debêntures	18	596.892	560.325
Passivos financeiros setoriais	11	32.088	41.439
Obrigações com benefícios pós-emprego	21	492.442	493.335
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	665.104	603.705
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	18	19.647	62.615
Taxa regulamentares	19	71.072	46.087
Total do passivo não circulante		3.288.332	3.686.333
Patrimônio líquido	23		
Capital social		2.498.230	1.298.230
Reservas de capital		23.254	23.254
Reservas de lucros		826.920	947.904
Outros resultados abrangentes		8.564	459
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		3.356.968	2.269.847
Total do patrimônio líquido e passivos		9.330.722	8.104.030

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação expresso em Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida	25	5.338.280	4.466.989
Custo do serviço	26	(4.711.838)	(3.959.850)
Lucro operacional bruto		626.442	507.139
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas com vendas	26	(140.745)	(222.904)
Despesas gerais e administrativas	26	(212.253)	(218.356)
Outras receitas operacionais	26	69.117	61.237
Total de despesas operacionais		(283.881)	(380.023)
Resultado antes da apuração do resultado financeiro		342.561	127.116
Resultado financeiro			
Receita financeira	27	429.512	443.297
Despesa financeira	27	(920.147)	(886.616)
Total do resultado financeiro		(490.635)	(443.319)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(148.074)	(316.203)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	28	45.097	94.371
Prejuízo do exercício		(102.977)	(221.832)
Prejuízo por ação - básico (em reais por ação)		(1,03399)	(2,26214)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação expresso em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo do exercício		(102.977)	(221.832)
Outros resultados abrangentes			
Perda atuarial em benefícios pós emprego	21	(27.283)	(26.892)
Tributos diferidos sobre perda atuarial em fundo de pensão	28	9.276	9.143
Ganho/(perda) em instrumentos financeiros	28	12.281	(6.262)
Tributos diferidos sobre perda em instrumento financeiro derivativos	28	(4.176)	2.129
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		<u>(112.879)</u>	<u>(243.714)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros			Total	
		Capital social	Reserva de ágio	Remuneração de bens e direitos com capital próprio	Reserva legal	Reserva estatutária de reforço de capital de giro	Lucros (prejuízos) acumulados		Outros resultados abrangentes
Saldos em 01 de janeiro de 2016		1.298.230	2.308	20.946	113.379	1.073.965	-	4.592	2.513.420
Perda atuarial em benefícios pós emprego	21	-	-	-	-	-	-	(26.892)	(26.892)
Tributos diferidos sobre benefícios pós emprego	28	-	-	-	-	-	-	9.143	9.143
Transferência para lucros (prejuízos) acumulados	23	-	-	-	-	-	(17.749)	17.749	-
Prejuízo do exercício	23	-	-	-	-	-	(221.832)	-	(221.832)
Dividendos expirados	23	-	-	-	-	-	141	-	141
Perda de instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	-	-	-	(6.262)	(6.262)
Tributos Diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - Swap	28	-	-	-	-	-	-	2.129	2.129
Absorção de prejuízo do exercício	23	-	-	-	-	(239.440)	239.440	-	-
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016		1.298.230	2.308	20.946	113.379	834.525	-	459	2.269.847
Aumento de Capital	23	1.200.000	-	-	-	-	-	-	1.200.000
Perda atuarial em benefícios pós emprego	21	-	-	-	-	-	-	(27.283)	(27.283)
Tributos diferidos sobre benefícios pós emprego	28	-	-	-	-	-	-	9.276	9.276
Transferência para lucros (prejuízos) acumulados	23	-	-	-	-	-	(18.007)	18.007	-
Prejuízo do exercício	23	-	-	-	-	-	(102.977)	-	(102.977)
Perda de instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	-	-	-	12.281	12.281
Tributos Diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - Swap	28	-	-	-	-	-	-	(4.176)	(4.176)
Absorção de prejuízo do exercício	23	-	-	-	-	(120.984)	120.984	-	-
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017		2.498.230	2.308	20.946	113.379	713.541	-	8.564	3.356.968

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(102.977)	(221.832)
Ajustes por		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131.431	208.947
Depreciação e amortização	317.398	272.661
Juros e variações monetárias	358.869	328.726
Ativos e passivos financeiros setoriais	(31.907)	(23.998)
Receita (despesas) ativo indenizável	(74.436)	(139.330)
Valor residual de intangível baixado	80.284	39.788
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(45.097)	(94.371)
Perda de recebíveis de clientes	2.871	5.658
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	159.788	198.295
Obrigações com benefício pós-emprego	48.246	49.405
P&D e eficiência energética	42.254	41.281
Outros	91	(248)
	<u>886.815</u>	<u>664.982</u>
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:		
Consumidores	(152.225)	(11.259)
Subvenção CDE- desconto tarifário	(68.935)	(104.284)
Ativos financeiros setoriais	(43.425)	398.280
Tributos a compensar	(210.513)	475
Depósitos vinculados a litígios	(13.185)	288
Serviço em Curso	(13.954)	7.628
Consumidores - serviços prestados	(1.066)	(3.151)
Outros créditos	105.921	(38.977)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	211.509	(105.402)
Salários, Provisões e encargos sociais	526	7.786
Obrigações fiscais	436	(91.845)
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	12.977	-
Taxas regulamentares	30.021	86.853
Passivos financeiros setoriais	(28.393)	60.481
Pagamento de benefício pós emprego	(76.422)	(74.597)
Pagamento das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(98.389)	(116.682)
Outros passivos	(30.882)	(11.282)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>510.816</u>	<u>669.294</u>
Atividades de investimento		
Aplicações no intangível e imobilizado	(1.083.534)	(888.633)
Títulos e valores mobiliários	(66.319)	53.587
Caixa líquido consumido pelas as atividades de investimento	<u>(1.149.853)</u>	<u>(835.046)</u>
Atividades de financiamento		
Captação de Debêntures	596.803	-
Pagamento de Debêntures	(950.033)	(194.540)
Captação de empréstimos e financiamentos	1.523.060	898.481
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(308.668)	(261.125)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(62.089)	(54.617)
Pagamentos de juros de debêntures	(105.478)	(105.357)
Dividendos pagos / prescritos	-	141
Caixa líquido gerado (consumido) pelas as atividades de financiamento	<u>693.595</u>	<u>282.983</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>54.558</u>	<u>117.231</u>
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício	251.357	134.126
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício	305.915	251.357
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>54.558</u>	<u>117.231</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Geração de riquezas			
Receitas			
Venda de Mercadorias, Produtos e serviços		7.334.166	6.691.640
Receitas relativas à construção de ativos próprios	25	1.043.446	884.905
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26	(131.431)	(208.947)
Outras receitas		129.668	112.920
Total de receitas		8.375.849	7.480.518
Insumos adquiridos de terceiros			
Compra de energia	26	(2.483.259)	(1.825.602)
Encargos de uso da rede elétrica	26	(380.621)	(233.329)
Custo de construção	26	(1.043.446)	(884.905)
Materiais, energia e serviços de terceiros	26	(448.824)	(500.096)
Outras despesas operacionais		(194.924)	(238.600)
Total de insumos adquiridos de terceiros		(4.551.074)	(3.682.532)
(=) Valor adicionado bruto		3.824.775	3.797.986
(-) Depreciação e amortização	26	(294.621)	(253.147)
(=) Valor adicionado líquido produzido		3.530.154	3.544.839
(+) Valor adicionado recebido em transferência			
Receita financeira	27	429.512	443.297
(=) Valor adicionado total a distribuir		3.959.666	3.988.136
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		121.029	138.668
FGTS		5.169	5.737
Benefícios		26.558	23.271
Outros encargos sociais		8.138	8.469
Participação nos resultados		15.267	19.967
		176.161	196.112
Impostos, taxas e contribuições			
Federal		1.213.817	1.386.641
Estadual		1.732.664	1.721.248
Municipal		5.033	5.146
		2.951.514	3.113.035
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		382.094	391.248
Outras despesas financeiras		538.053	495.368
Aluguéis		14.821	14.205
		934.968	900.821
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do Período		(102.977)	(221.832)
		(102.977)	(221.832)
Total do valor adicionado distribuído		3.959.666	3.988.136
Valor adicionado (médio) por empregado		4.082	3.968

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede no município Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”).

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, que é regulada pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026.

Em 14 de março de 2017 foi celebrado o 6º Termo aditivo ao contrato de concessão do serviço público de energia (Nota 3).

Em 19 de fevereiro de 2018, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

- As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Instrumentos financeiros - disponíveis para venda; Contingências e Benefício a empregados.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo.

2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações Contábeis são preparadas em reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final o período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são assim classificados e avaliados a valor justo por meio do resultado. Empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado. Empréstimos e financiamentos, e como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Desreconhecimento/(baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

c) Hedge de fluxo de caixa

Fornece proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge representados por contratos de *swap*, visando proteção parcial a exposição da taxa CDI produzida por suas debêntures e contra a exposição da taxa de juros do risco de variação das taxas de câmbio de seus empréstimos em moeda estrangeira. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado. A Nota 29 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Companhia.

d) Hedge de valor justo

A mudança no valor justo de um derivativo de hedging é reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionada ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros.

Para hedges a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do hedge utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de hedge deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de hedge.

Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de hedge, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de hedge será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda no resultado.

A Companhia conta com *swap* de taxa de juros utilizada para proteger a exposição a variações no valor justo do empréstimo.

e) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4. Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 (“OCPC08”) que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Por se tratar de evento novo, a Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais. O registro dos valores a receber foi efetuado em contas de ativo em contrapartida ao resultado deste exercício na rubrica de receita de vendas de bens e serviços.

2.5. Ativo indenizável (concessão)

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

2.6. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - contratos de concessão.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão, são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

2.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um imposto de renda ativo e contribuição social diferido são reconhecidos em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Estes ativos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço, de forma a refletir as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil específica.

2.8. Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercício anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado independente utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela Companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

2.9. Provisão para tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para contingências (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa *financeira*.

2.10. Receita

a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de energia ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações contábeis, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

c) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.11. Resultado por ação de capital

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

2.12. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
IFRS 9: Instrumentos Financeiros	
Principais pontos introduzidos pela norma	
<p>Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de <i>impairment</i> para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.</p>	
Impactos da adoção	
<p>A Administração revisou seus ativos e passivos financeiros mas espera impacto da adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Não é esperado impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros, uma vez que a nova norma somente afeta os passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, classificação essa não adotada pela Companhia;▪ As novas regras sobre contabilidade de hedge estão alinhadas com as práticas de Administração de risco;▪ No que se refere ao novo modelo de <i>impairment</i> para ativos financeiros, a Companhia está em fase final de determinação dos impactos quantitativos dessa nova norma, contudo, de acordo com a nova metodologia para estimar as perdas esperadas de crédito que afeta principalmente a aplicação de <i>impairment</i>, a Administração estima que não terá impactos significativos na data inicial da aplicação desta nova metodologia, no entanto na data de emissão das demonstrações contábeis a quantificação da magnitude deste impacto ainda está em processo de análise e revisão detalhada devido à complexidade das estimativas e a quantidade de informações necessárias para determinação do valor.	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.
<p>As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma. Os comparativos para 2017 não serão atualizados.</p>	

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p>IFRS 15: Receita de contratos com clientes</p> <p>Principais pontos introduzidos pela norma</p> <p>Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.</p> <p>Impactos da adoção</p> <p>A Administração realizou a revisão dos seus contratos e não identificou impactos oriundos da adoção da norma.</p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.</p>
<p>IFRS 16 Leases - Arrendamentos</p> <p>Principais pontos introduzidos pela norma</p> <p>Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.</p> <p>Impactos da adoção</p> <p>A avaliação da Companhia dos impactos da nova norma está em andamento. Nossa avaliação está sendo conduzida pelas diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o ambiente de controles internos e sistemas impactados pela adoção da nova norma.</p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.</p>

3. Revisão e reajuste tarifário

De acordo com o seu contrato de concessão, a Companhia teve seu reajuste tarifário em 15 de março de 2017. O reajuste tarifário médio foi de -6,51%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 2.207, de 14 de março de 2017. Para os consumidores de baixa tensão, o reajuste foi, em média, -6,24%. Já para os clientes de média e alta tensão, o índice foi, em média, -7,12%.

Celebração de Aditivo contratual

O 6º Termo aditivo ao contrato de concessão do serviço público de energia elétrica celebrado em 14 de março de 2017, tem resultado nas seguintes principais mudanças:

- Antecipação da Revisão tarifária da Companhia de 2019 para março de 2018;
- **Revisão das perdas não técnicas regulatórias:** novos valores definidos para 2017 e 2018, com o reconhecimento parcial das perdas nas áreas de risco;

- **Receitas Irrecuperáveis Regulatórias:** atualização anual com base na receita requerida regulatória definida nos processos tarifários;
- **Outras receitas:** compartilhamento passa a ser realizado anualmente em todos os processos tarifários (e não mais apenas na revisão tarifária);
- **Ultrapassagem de demanda e excedente de reativo:** Deixa de ser registrada como Obrigações Especiais. Compartilhamento passa a ser realizado anualmente em todos os processos tarifários (e não mais apenas na revisão tarifária);
- **Neutralidade da Parcela A:** Passam a ser calculados a neutralidade para os custos de Energia, Transmissão, Receitas Irrecuperáveis e para os itens financeiros.

Por outro lado, este aditivo atribui novas obrigações contratuais, sendo as mais relevantes:

- Adequação dos indicadores de qualidade: Definição de uma trajetória para adequação dos indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) aos limites regulatórios de 2018 a 2022;
- Eficiência na gestão econômica e financeira: Definição de novas metas de gestão econômica e financeira;
- Descumprimento por 2 anos consecutivos ou em 2022 das novas metas de qualidade e de gestão econômica e financeira, acarretará a extinção da concessão.

4. Alterações e atualizações na legislação regulatória

a) Bandeiras tarifárias

Em 2017 vigoraram as bandeiras tarifárias verde nos meses de janeiro e junho, amarela nos meses de fevereiro, março, julho e setembro e vermelha nos meses de abril, maio, agosto, outubro, novembro e dezembro.

b) Processo de ajuste na tarifa - ERR Angra III

A Aneel por meio da Resolução nº 2.214 / 2017 publicou que todas as distribuidoras do setor elétrico devem devolver em abril os maiores valores de custo de Angra III incluído nas taxas. No período de 1 a 30 de abril a tarifa de energia da Companhia foi reduzida para devolver em um mês os valores relativos aos custos de Angra III.

O objetivo é o de reverter os efeitos da inclusão da parcela do Encargo de Energia de Reserva - EER correspondente para a contratação de Angra III. Recordando que o processo natural de reajuste tarifário de distribuição, estes valores seriam devolvidos aos consumidores em 12 meses.

O procedimento foi dividido em duas fases: a primeira, durante o mês de Abril, onde a tarifa foi reduzida para inverter os valores de Angra III compreendidos a partir do processo tarifário anterior e, ao mesmo tempo, deverá considerar o custo futuro do EER dessa usina. Na segunda etapa, a partir de 01 de Maio e continua até que o próximo processo tarifário de cada distribuidora, a tarifa deverá incluir (i) o custo futuro do EER de Angra III e (ii) para as distribuidoras que tenham sido submetidos ao reajuste em 2017, como é o caso da Companhia, valores de devolução em 12 meses já estavam incluídas na tarifa.

5. Mudanças de estimativas e nas políticas contábeis

a) Revisão na política e nas estimativas da provisão para crédito de liquidação duvidosa

A Companhia vinha adotando como política contábil o reconhecimento do contas a receber líquido das perdas por valores incobráveis (write-off) - tomando por base o critério de dedutibilidade fiscal, sendo constituído a provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) sobre o saldo remanescente.

A PCLD vinha sendo constituída tomando por base os seguintes critérios:

- Para os consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias;
- Para os consumidores da classe comercial vencidos há mais de 180 dias;
- Para os consumidores das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias;
- Uma análise individualizada ou por classes de consumo dos títulos a receber de valores vencidos a longas datas com ou sem negociação de dívida parcelada.

Em consonância com o item 25 - Consistência de apresentação, do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e do item 131 do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia, alterou a sua política contábil apresentada anteriormente, às políticas de cobrança realizadas pela área de Gestão de Crédito da Companhia, tendo sido promovida os seguintes aprimoramentos em dezembro de 2017:

- Revisou e alterou os prazos médios de recuperabilidade dos direitos creditórios por classe de consumo, que passaram a ter como parâmetro o prazo de 180 dias para as classes de consumo residencial; e 360 dias as demais classes de consumo;
- Deixou de constituir a provisão sobre um percentual da dívida parcelada, uma vez que a negociação comercial caduca havendo atraso superior a 3 meses, retornando a dívida para a morosidade correspondente a data de emissão das faturas;
- Alterou o critério de classificação de perdas com valores incobráveis apurado com base nos critérios fiscais, da seguinte forma:
 - ✓ **Valores vencidos a mais de 5 anos:** estes valores se mantêm apresentados como uma redução do contas a receber (perda), em vez que com base nos dispositivos legais e regulatórios o êxito na cobrança comercial destes recebíveis o é muita baixo;
 - ✓ **Valores vencidos a menos de 5 anos:** estes valores estão sendo apresentados compondo o saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD), uma vez que estas dívidas são base para negociações comerciais de recuperação de ativos (Campanhas comerciais), os quais são objeto de parcelamento pelo cliente.

Segue quadro referente a reclassificação mencionada:

	2016							
	PDD							
	31/12/2016 Publicado	Parcelamento	31/12/2016	Reversão de valores incobráveis	Contas a receber ajustado	Constituição de PDD de Valores Incobráveis	Provisão para Devedores Duvidosos	Contas a receber líquido 31/12/2016
Classe de consumidores:								
Residencial	152.567	(19.535)	133.032	306.181	439.213	(306.181)	(58.219)	74.813
Industrial	86.930	(4.774)	82.156	3.534	85.690	(3.534)	(26.626)	55.530
Comercial	142.962	(16.087)	126.875	51.170	178.045	(51.170)	(36.837)	90.038
Rural	14.101	(741)	13.360	3.853	17.213	(3.853)	(45.644)	(32.284)
Poder público	254.939	(45.738)	209.201	9.381	218.582	(9.381)	(19.819)	189.382
Iluminação pública	13.976	(16)	13.960	762	14.722	(762)	(7.305)	6.655
Serviço público	14.441	(570)	13.871	61	13.932	(61)	(135)	13.736
Fornecimento faturado	679.916	(87.461)	592.455	374.942	967.397	(374.942)	(194.585)	397.870
Parcelamento de débitos	-	87.461	87.460	-	-	-	-	-
Fornecimento faturado corrente e parcelado	679.916	-	679.915	374.942	967.397	(374.942)	(194.585)	397.870

	PCLD				
	Constituição de PCLD de Valores Incobráveis				
	01/01/2016	Adições	Baixas	31/12/2016	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(195.199)	(202.010)	116.627	(374.943)	(655.525)

6. Caixa e equivalente de caixa

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e contas correntes bancárias	150.665	34.825
Total de caixa e contas correntes bancárias	150.665	34.825
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	26.072	76.827
Operações compromissadas	119.921	131.630
Total das aplicações diretas	145.993	208.457
Fundo de investimento não exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	2
Operações compromissadas	9.257	8.073
Total de fundos de investimento não exclusivos	9.257	8.075
Total	305.915	251.357

7. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fundos de investimentos não exclusivos	112.673	45.144
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	6.402	6.553
LF - Letra Financeira	1.016	2.075
Total	120.091	53.772

8. Consumidores

	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores Duvidosos	31/12/2017	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores Duvidosos	31/12/2016
Circulante												
Classe de consumidores:												
Residencial	93.535	69.478	347.353	510.366	(400.044)	110.322	17.052	58.363	326.830	402.245	(364.400)	37.845
Industrial	36.264	9.677	42.244	88.185	(35.123)	53.062	35.908	10.860	38.922	85.690	(30.160)	55.530
Comercial	59.231	24.154	99.472	182.857	(89.290)	93.567	42.155	38.453	97.437	178.045	(88.006)	90.039
Rural	14.712	1.627	44.392	60.731	(49.172)	11.559	13.445	3.668	50.938	68.051	(49.497)	18.554
Poder público	47.119	40.096	121.109	208.324	(45.812)	162.512	42.310	37.613	65.351	145.274	(29.200)	116.074
Iluminação pública	27.145	20.812	32.196	80.153	(24.762)	55.391	25.107	24.153	24.810	74.070	(8.067)	66.003
Serviço público	13.663	250	1.063	14.976	(331)	14.645	13.173	624	225	14.022	(197)	13.825
Fornecimento faturado	291.669	166.094	687.829	1.145.592	(844.534)	501.058	189.150	173.734	604.513	967.397	(569.527)	397.870
Receita não faturada	107.383	-	-	107.383	-	107.383	229.679	-	-	229.679	-	229.679
Consumidores baixa renda	6.564	-	-	6.564	-	6.564	7.143	-	-	7.143	-	7.143
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	4.136	4.136	-	4.136	-	-	4.136	4.136	-	4.136
Encargo de uso de rede	-	-	56.729	56.729	-	56.729	-	-	-	-	-	-
Parcelamento de débitos	-	29.355	48.371	77.726	-	77.726	-	32.918	54.542	87.460	-	87.460
Outros contas a receber - RDS	2.138	5.248	32.984	40.370	(30.566)	9.804	2.671	8.305	35.084	46.060	(35.983)	10.077
Contas a receber	116.085	34.603	142.220	292.908	(30.566)	262.342	239.493	41.223	93.762	374.478	(35.983)	338.495
Total do circulante	407.754	200.697	830.049	1.438.500	(675.100)	763.400	428.643	214.957	698.275	1.341.875	(605.510)	736.365
Não circulante												
Encargo de uso de rede	-	18.910	-	18.910	-	18.910	-	-	-	-	-	-
Parcelamento de débitos	-	-	75.991	75.991	(44.761)	31.230	-	-	109.276	109.276	(50.015)	59.261
Total não circulante	-	18.910	75.991	94.901	(44.761)	50.140	-	-	109.276	109.276	(50.015)	59.261

Desde novembro de 2016 a Companhia vende determinadas faturas de energia de clientes massivos, transferindo os riscos e benefícios destes ativos. Essa operação atendeu adequadamente aos critérios de desreconhecimento de ativos previstos no CPC 38 Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	PCLD								
	31/12/2016	Adições	Baixas	Constituição de PDD de Valores Incobráveis	31/12/2016 Ajustado	Adições	Baixas	Constituição de PDD de Valores Incobráveis	31/12/2017
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(195.199)	(202.010)	116.627	(374.943)	(655.525)	(130.595)	142.344	(76.085)	(719.861)
	(195.199)	(202.010)	116.627	(374.943)	(655.525)	(130.595)	142.344	(76.085)	(719.861)

A provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 180 dias, da classe comercial, industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias os quais tomam por base a curva de recuperabilidade (realização) dos recebíveis. Considera também, uma análise individual, quando aplicável, dos títulos a receber ou do saldo da dívida parcelada, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

A provisão de outros serviços complementares é constituída sobre os valores vencidos a mais de 360 dias, ou em casos específicos baseados nas mudanças no perfil de pagamento do devedor.

9. Subvenção CDE - desconto tarifário

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Resolução Homologatória 1.703/2014	51.742	51.742
Resolução Homologatória 1.861/2015	129.810	129.810
Resolução Homologatória 2.023/2016	94.096	78.954
Resolução Homologatória 2.207/2017	32.188	-
Parcela de Ajuste	36.975	15.370
Atualização Monetária	1.636	1.636
	<u>346.447</u>	<u>277.512</u>

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

a) Compensação da obrigação Encargo CDE x Valores a receber subsidio baixa renda - CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até a presente data (Resoluções homologatórias 1.703/2014, 1.861/2015, 2.023/2016 e 2.207/2017), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08/07/2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 347.349 (R\$ 305.155 em 2016), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

10. Tributos a compensar

	<u>31/12/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Imposto de renda e contribuição social	13.367	-	10.396	-
ICMS	60.761	106.406	49.376	92.371
PIS e COFINS	202.020	-	8.246	32.929
Outros tributos	27.902	-	6.625	-
Total de tributos a compensar	<u>304.050</u>	<u>106.406</u>	<u>74.643</u>	<u>125.300</u>

Do total de crédito de ICMS, R\$ 150.727 em 31 de dezembro de 2017 refere-se à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses. O valor de R\$ 14.208 refere-se aos pedidos de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e CERES.

Os valores classificados no ativo não circulante de PIS e COFINS a compensar em dezembro de 2016, eram referentes ao PIS semestralidade e foram baixados considerando a decisão desfavorável proferida em março de 2017 pelo TRF da 2ª Região. O mesmo era oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nos 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei.

No âmbito de ação rescisória apresentada pela Fazenda Pública foi confirmada em março de 2010 a decisão transitada em julgado em Mandado de Segurança que reconheceu a imunidade da Companhia quanto à COFINS até o ano de 2001. A Companhia pleiteia em ação específica a restituição dos valores pagos no período de abril de 1992 a junho de 1996. O processo transitou em julgado reconhecendo o direito da Companhia à restituição do indébito. O valor atualizado do processo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 193.272 e a Companhia utilizará o crédito de acordo com as previsões legais.

11. Ativos e passivos financeiros setoriais

Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

	31/12/2017		31/12/2016	
	Ativo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Compra de energia	124.184	(37.996)	(54.359)	7.948
Encargo de serviço do sistema - ESS	(17.612)	(32)	143.726	31.664
Uso da rede básica	734	(111)	(4.881)	(935)
Conta de desenvolvimento Energético - CDE	(49.978)	10.267	16.488	8.936
Outros	(319)	150	(35.522)	(7.216)
Conta de compensação de variação de custos da Parcela A	57.009	(27.722)	65.452	40.397
Sobrecontratação de energia	(64.783)	18.377	52.210	11.990
Bandeira não faturada	(13.504)	-	-	-
Neutralidade	81.002	28.940	(27.500)	(6.094)
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	15.608	12.493	(71.120)	(4.854)
Outros ativos e passivos financeiros setoriais	18.323	59.810	(46.410)	1.042
Total dos ativos e passivos financeiros setoriais	75.332	32.088	19.042	41.439

12. Ativo indenizável (concessão)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldos iniciais	<u>2.242.355</u>	<u>1.832.491</u>
Transferências do ativo intangível	548.122	270.534
Marcação a mercado - ativo financeiro	74.436	139.330
Saldos finais	<u>2.864.913</u>	<u>2.242.355</u>

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente. O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento pelo poder concedente.

13. Imobilizado

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Adição</u>	<u>Transferência</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	113.162	-	-	10.436	-	123.598
Móveis e utensílios	23.010	-	-	3.180	-	26.190
Subtotal	136.172	-	-	13.616	-	149.788
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos	(78.983)	(6.013)	-	-	-	(84.996)
Móveis e utensílios	(16.938)	(764)	-	-	-	(17.702)
Subtotal	(95.921)	(6.777)	-	-	-	(102.698)
Total do imobilizado em serviço	40.251	(6.777)	-	13.616	-	47.090
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	20.508	-	(5.893)	(10.436)	3.418	7.597
Móveis e utensílios	7.669	-	(88)	(3.180)	2.531	6.932
Subtotal	28.177	-	(5.981)	(13.616)	5.949	14.529
Total do imobilizado	68.428	(6.777)	(5.981)	-	5.949	61.619
Outros Investimentos	974	-	-	-	(974)	-
Máquinas e equipamentos	2.150	-	143	-	(2.293)	-
Total Bens de Renda	3.124	-	143	-	(3.267)	-
Total	71.552	(6.777)	(5.838)	-	2.682	61.619

As taxas de depreciação que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, sendo as principais as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

14. Intangível

	31/12/2017			31/12/2016	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	5.378.273	(2.544.457)	(161.661)	2.672.155	2.344.710
Software	244.618	(127.218)	-	117.400	87.010
Bens de Renda	20.054	(17.242)	-	2.812	-
Em Curso					
Direito de uso da concessão	658.024	-	(94.306)	563.718	801.539
Software	60.194	-	-	60.194	35.357
Total	6.361.163	(2.688.917)	(255.967)	3.416.279	3.268.616

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.673.152	(2.090.985)	(137.203)	2.444.964	620.891	(105.524)	515.367	2.960.331
Adições	-	-	-	-	917.044	(32.139)	884.905	884.905
Baixas	(108.124)	68.337	-	(39.787)	-	-	-	(39.787)
Amortização	-	(278.651)	12.685	(265.966)	-	-	-	(265.966)
Transferências	571.940	-	(8.607)	563.333	(571.940)	8.607	(563.333)	-
Transferências para o ativo indenizável	(270.534)	-	-	(270.534)	-	-	-	(270.534)
Reclassificação do imobilizado	(1.036)	746	-	(290)	(43)	-	(43)	(333)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.865.398	(2.300.553)	(133.125)	2.431.720	965.952	(129.056)	836.896	3.268.616
Adições	-	-	-	-	1.122.095	(78.649)	1.043.446	1.043.446
Baixas	(205.001)	124.717	-	(80.284)	-	-	-	(80.284)
Amortização	-	(324.809)	14.188	(310.621)	-	-	-	(310.621)
Transferências	1.363.880	-	(113.399)	1.250.481	(1.363.880)	113.399	(1.250.481)	-
Transferências para o ativo indenizável	(618.797)	-	70.675	(548.122)	-	-	-	(548.122)
Reclassificação Bens de Renda	20.059	(16.792)	-	3.267	-	-	-	3.267
Reclassificação do imobilizado	-	-	-	-	(5.949)	-	(5.949)	(5.949)
Provisão de sobre contábil	217.406	(171.480)	-	45.926	-	-	-	45.926
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.642.945	(2.688.917)	(161.661)	2.792.367	718.218	(94.306)	623.912	3.416.279

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com as regras definidas pela ANEEL para fins tarifários e de estimativa da indenização dos bens reversíveis à concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado de forma linear e limitado ao término indo contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido de amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está registrado como ativo indenizável nos moldes da Lei nº 12.783.

As taxas de amortização que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, em que as principais são as seguintes:

Distribuição	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57
Estrutura poste	3,57
Transformador de distribuição aéreo	4,00
Concentrador secundário	7,69
Medidor eletrônico	7,69
Medidor eletromecânico	4,00
Transformador de força	2,86
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35
Painel	3,57
Estrutura torre	2,70
Software	20,0

15. Fornecedores e outras contas a pagar

	31/12/2017	31/12/2016
Suprimento de energia elétrica		
Compra de Energia	491.194	313.434
Encargo de uso da rede	42.383	15.170
Partes relacionadas (vide Nota 20)	14.010	1.464
Materiais e serviços	352.942	358.952
Total	900.529	689.020
Circulante	900.125	688.858
Não circulante	404	162

16. Obrigações fiscais

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social - retidos na fonte	2.800	3.924
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	56.226	55.973
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	42.834	39.157
Programa de integração social - PIS	8.856	8.458
Imposto sobre serviços - ISS	3.847	4.770
INSS s/ terceiros	7.407	10.574
Outros	2.767	1.445
Total	124.737	124.301

17. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2017	31/12/2016	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
Empréstimos						
Citibank N.A	125.400	126.054	06/01/2016	24/12/2018	Bullet	LIBOR + 2,40%
Itaú BBA International PLC	255.433	-	05/07/2017	05/07/2021	Bullet	4,21%
Santander Chile	253.905	250.050	07/03/2016	07/03/2019	Bullet	LIBOR + 1,53%
Empréstimos	634.738	376.104				
Financiamentos						
BNDES (Capex 2011)	35.619	45.795	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	8,7%
BNDES (Capex 2011)	10.020	29.593	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	TJLP + 2,96%
BNDES (Capex 2011)	9.936	29.605	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	TJLP + 3,96%
BNDES (Capex 2012-2013)	44.780	53.047	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	3,0%
BNDES (Capex 2012-2013)	60.551	83.845	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 2,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	60.578	83.879	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 3,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	1.566	2.066	16/08/2013	15/12/2020	Mensal	TJLP
BNDES (Capex 2014-2015)	38.423	44.758	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	9,5%
BNDES (Capex 2014-2015)	113.104	140.027	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	TJLP + 3,10%
BNDES (Capex 2014-2015)	133.131	151.392	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	SELIC + 3,18%
BNDES A1- ITAÚ	109.966	-	25/10/2017	15/08/2022	Anual	IPCA + 8,24%
BNDES B1- ITAÚ	78.285	-	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES C1- ITAÚ	12.620	-	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES A2- BRADESCO	70.359	-	25/10/2017	15/08/2022	Anual	IPCA + 8,24%
BNDES B2- BRADESCO	50.105	-	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES C2- BRADESCO	8.078	-	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES A3- SANTANDER	50.563	-	25/10/2017	15/08/2022	Anual	IPCA + 8,24%
BNDES B3- SANTANDER	36.345	-	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES C3- SANTANDER	5.822	-	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
Financiamentos	929.851	664.007				
Partes relacionadas						
Enel Brasil (vide nota 20)	936.119	1.211.976	29/12/2015	10/12/2019	Variável	CDI + 1,65% a 2,75%
Empréstimos com partes relacionadas	936.119	1.211.976				
Total de empréstimos e financiamentos	2.500.708	2.252.087				
Resultado das operações de Swap	46.972	65.809				
Total de empréstimos e financiamentos	2.547.680	2.317.896				
Circulante	1.090.025	373.422				
Não circulante	1.410.683	1.878.665				

Segue movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	370.313	1.505.670	3.109	372.995	2.252.087
Captações	-	1.293.455	-	250.000	1.543.455
Varição monetária	-	4.827	-	5.699	10.526
Encargos provisionados	248.424	-	18.531	-	266.955
Transferências	694.980	(694.980)	126.977	(126.977)	-
Amortizações	(308.668)	-	-	-	(308.668)
Encargos pagos	(48.051)	-	(14.038)	-	(62.089)
Ajuste a valor de mercado	-	-	(1.552)	(6)	(1.558)
Capitalizações	-	(1.200.000)	-	-	(1.200.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	956.998	908.972	133.027	501.711	2.500.708

Segue as condições contratuais:

Contratos	Objeto	Valor Total	Desembolsado	Garantias
<u>Empréstimos</u>				
Citibank N.A	Capital de Giro	150.000	100%	-
Santander Chile	Capital de Giro	277.718	100%	Fiança
Itaú BBA International PLC	Capital de Giro	250.000	100%	Enel Brasil
<u>Financiamentos</u>				
BNDES Capex 2011	Financiamento do CAPEX 2010/2011	331.397	97%	Recebíveis
BNDES Capex 2012-2013	Financiamento do CAPEX 2012/2013	450.171	79%	Recebíveis
BNDES Capex 2014-2015	Financiamento do CAPEX 2014/2015	476.613	24%	Recebíveis
BNDES A1- ITAÚ	Financiamento do CAPEX 2016/2017	127.265	85%	Recebíveis
BNDES B1- ITAÚ	Financiamento do CAPEX 2016/2017	91.605	85%	Recebíveis
BNDES C1- ITAÚ	Financiamento do CAPEX 2016/2017	25.870	49%	Recebíveis
BNDES A2- BRADESCO	Financiamento do CAPEX 2016/2017	81.449	85%	Recebíveis
BNDES B2- BRADESCO	Financiamento do CAPEX 2016/2017	58.627	85%	Recebíveis
BNDES C2- BRADESCO	Financiamento do CAPEX 2016/2017	16.557	49%	Recebíveis
BNDES A3- SANTANDER	Financiamento do CAPEX 2016/2017	58.542	85%	Recebíveis
BNDES B3- SANTANDER	Financiamento do CAPEX 2016/2017	42.138	85%	Recebíveis
BNDES C3- SANTANDER	Financiamento do CAPEX 2016/2017	11.900	49%	Recebíveis
<u>Partes relacionadas</u>				
Enel Brasil	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	1.349.793	100%	-
Enel Brasil	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	717.965	100%	-

* Vide nota 20

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, empréstimo com Citibank N.A e Itaú BBA Internacional PLC, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram atendidas de forma apropriada em 31 de dezembro de 2017.

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos índices
BNDES 2011	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
BNDES 2011	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral
BNDES 2012 e 2014	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2014	Endividamento Financeiro Líquido/ (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo)	0,60	Anual
CITIBANK N.A	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50	Trimestral
CITIBANK N.A	Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + PL) (máximo)	0,60	Trimestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral

Contratos BNDES 2012 e 2014:

- Endividamento Financeiro Líquido é o Endividamento bancário de curto prazo mais Endividamento Bancário Longo Prazo menos o Disponível e Aplicações Financeiras (caixa e equivalente e títulos e valores mobiliários);
- LAJIDA é o lucro líquido antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, depreciação e amortização.

Contratos BNDES 2011, Citibank N.A e Itaú BBA

- Endividamento financeiro líquido e Dívida Financeira Líquida consideram o endividamento total, excluindo a dívida com parte relacionada (mútuos subordinados).
- EBITDA e LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos.

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31/12/2017				
2019	2020	2021	Após 2021	Total não Circulante
662.773	208.305	427.486	112.119	1.410.683

18. Debêntures

	31/12/2017	31/12/2016	Emissão	Vencimento		Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos
				Inicial	Final			
2ª série - 6ª emissão	-	183.131	15/06/2011	15/06/2016	15/06/2018	IPCA + 7,90% a.a.	Anual	18.300
1ª série - 7ª emissão	-	50.302	15/06/2012	15/06/2016	15/06/2017	CDI + 1,02% a.a.	Anual	10.000
2ª série - 7ª emissão	-	424.769	15/06/2012	15/06/2017	15/06/2019	IPCA + 6,00% a.a.	Anual	30.000
1ª série - 8ª emissão	-	160.903	07/07/2014	07/07/2017	07/07/2019	CDI + 1,45% a.a.	Anual	15.000
2ª série - 8ª emissão	-	160.903	07/07/2014	15/07/2017	07/07/2019	CDI + 1,45% a.a.	Anual	15.000
1ª série - 9ª emissão	601.630	-	11/12/2017	15/12/2017	15/12/2020	114% CDI	Bullet	600.000
(-) Custo a amortizar	(3.108)	(2.765)						
Total sem efeito de swap	598.522	977.243						
Resultado das operações de swap	-	(787)						
Total de debêntures	598.522	976.456						
Circulante	1.630	416.131						
Não circulante	596.892	560.325						
	598.522	976.456						

Em 31 de dezembro de 2017 as debêntures são simples e não conversíveis em ações.

Segue disposta a mutação das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2016	416.131	560.325	976.456
Amortização	(950.033)	-	(950.033)
Captação	-	600.000	600.000
Encargos provisionados	64.191	-	64.191
Encargos pagos	(105.478)	-	(105.478)
Variação monetária	-	12.943	12.943
Transferência de prazos	573.179	(573.179)	-
Transferência custo de transação	3.197	(3.197)	-
Constituição custo de transação	(3.197)	-	(3.197)
Apropriação custo de transação	2.853	-	2.853
Resultado de swap	787	-	787
Em 31 de dezembro de 2017	1.630	596.892	598.522

Em 26 de dezembro de 2017 encerrou-se a distribuição pública da 6ª, 7ª e 8ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Em 15 de dezembro de 2017 se realizou a 9ª emissão debêntures em série única com recursos captados no montante de R\$ 600 milhões, exclusivamente para implementação do programa de investimentos da Companhia. Foi contratada a taxa de 114% do CDI, com amortização bullet e vencimento em 15 de dezembro de 2020.

A Companhia está sujeita à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2017.

Obrigações especiais financeiras	Limites 9ª Emissão
Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	4,00
Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + Patrimônio Líquido) (máximo)	0,60

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados);
- EBITDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos.

Curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante sem os efeitos do *swap*:

	2020	Total
1ª série - 9ª emissão	600.000	600.000
(-) Custo de transação	(3.108)	(3.108)
Total a amortizar	<u>596.892</u>	<u>596.892</u>

19. Taxas Regulamentares

	31/12/2017	31/12/2016
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 9)	347.349	305.155
Programas de P&D e PEE	91.484	67.675
Outros	1.449	12.446
Total	<u>440.282</u>	<u>385.276</u>
Circulante	<u>369.210</u>	<u>339.189</u>
Não Circulante	71.072	46.087

Os valores apresentados no não circulante são exclusivamente programa de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética.

20. Partes relacionadas

Natureza da Operação	31/12/2017				31/12/2016			
	Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante	Receita (despesa)
Fundo de pensão (a)	-	-	492.442	(48.219)	-	-	493.335	(49.382)
Enel Cien S.A. (b)	-	582	-	(3.641)	-	336	-	(3.053)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (c)	-	473	-	(2.941)	-	623	-	(6.869)
Enel Soluções S.A. (d)	147	3.185	-	(9.265)	79	505	-	404
Enel Brasil (e)	1.202	757.334	178.785	(191.527)	2.356	187.126	1.024.850	(171.986)
Enel Green Power (f)	-	96	-	(1.224)	-	-	(1.349)	(1.349)
Enel Distribuzione (g)	-	3.110	-	-	-	-	-	-
Enel Itália (g)	-	6.564	-	(2.119)	-	-	-	-
Enel Brasil S.A. (h)	-	21.758	-	-	-	21.758	-	-
Enel Américas S.A.(h)	-	24.479	-	-	-	24.479	-	-
Enel Iberoamérica (g)	-	-	-	(37)	-	-	-	-
Total de transações com partes relacionadas	1.349	817.581	671.227	(258.973)	2.435	234.827	1.516.836	(232.235)
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasetros	-	-	(492.442)	(48.219)	-	-	(493.335)	(49.382)
Total	1.349	817.581	178.785	(307.192)	2.435	234.827	1.023.501	(281.617)

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

- Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS: Para maiores detalhes, vide Nota 21.A Companhia realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como “Benefício Definido” e “Contribuição Definida”;
- Enel Cien S.A. Despesas com a Rede Básica no período, que tem seus contratos homologados pela ANEEL mediante despacho;
- Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A: Até 11 de julho de 2017, os saldos contábeis refletem as operações de compra de energia por parte da Companhia oriundos de leilão CCEAR 15° LEE 2015 ou MCS D 15° LEE 2015. A partir desta data, a movimentação contábil decorre dos efeitos da compensação financeira, celebrada nos moldes da Resolução Normativa nº 711/2016 da Aneel, correspondente a rescisão bilateral do contrato de comercialização de energia elétrica;
- Enel Soluções S.A. decorre de contratos por meio dos quais a Companhia arrecada e repassa à Enel Soluções valores cobrados aos seus clientes por meio de serviços que são prestados pela Companhia. Os passivos correspondem, substancialmente, a serviços de fiscalização de obra;
- Enel Brasil: mútuos contratados em 2016 e 2017 devido à necessidade de capital de giro da Companhia (Vide Nota 17);
- Enel Green Power: decorre de operações de compra de energia baseada em contratos de fornecimento homologados pela ANEEL, com Enel Green Power Parapanema e Enel Green Power Mourão;
- Enel Itália, Enel Distribuzione Spa e Enel Iberoamérica: tem como objeto das operações a manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM encerrando o período de dezembro de 2017 com um passivo em aberto de R\$ 9.674 (Enel Itália e Enel Distribuzione Spa) e uma despesas no valor de R\$ 37 (Enel Iberoamérica);
- Enel Brasil S.A e Enel Américas S.A: decorre dos dividendos a pagar referentes ao último exercício social, R\$ 21.758 e R\$ 24.479 respectivamente, a diferença para o saldo a pagar de dividendos no passivo circulante de R\$ 278 em dezembro de 2017 (R\$ 278 em dezembro de 2016), é referente aos dividendos a pagar para terceiros.

	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal		Encargo	Principal	
Empréstimos com partes relacionadas						
Enel Brasil Mútuo Subordinado	-	-	168.929	-	-	1.024.850
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	39.370	717.964	9.856	25.275	161.851	-
Total de Empréstimos com partes relacionadas	39.370	717.964	178.785	25.275	161.851	1.024.850
	31/12/2017	31/12/2016				
Encargos de empréstimos com partes-relacionadas						
Enel Brasil Mútuo Subordinado	131.109	146.712				
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	57.614	25.274				
Total de Encargos de empréstimos com parte relacionada	188.723	171.986				

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no semestre findo em 31 de dezembro de 2017 segue. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	1.712	2.406
Benefícios pós-emprego	213	230
Outros benefícios de longo prazo	305	284
Salários e encargos	3.912	4.297
Total	6.142	7.217

21. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

As principais características dos planos administrados pela Companhia seguem relacionadas:

a) **Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)**

O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial preparados pela Brasiletros a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano.

- **Patrocinadora** - contribui com 2,64% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R\$ 187 para cobertura das despesas administrativas;
- **Participantes ativos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário;
- **Participantes assistidos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função do valor complemento de aposentados da faixa salarial e teto da previdência social.

Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia reconheceu o déficit atuarial no montante de R\$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais. Para a posição de 31 de dezembro de 2016, o valor atualizado desse compromisso é de R\$ 248.543, de acordo avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

b) **Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)**

- **Patrocinadora** - contribuição média de 6,40% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,89% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,51% destinados à cobertura das despesas administrativas.
- **Participantes ativos** - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,13% da folha de salários dos participantes ativos.

A Companhia firmou dois contratos de dívida junto à Brasiletros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$ 3.498 e R\$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31 de dezembro de 2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5% para 0%a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício.

Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a Companhia assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R\$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30 de janeiro de 2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisto ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais.

Atualmente, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela a Companhia com o PACV totaliza a quantia de R\$ 90.214, de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A Companhia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da Companhia até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela Companhia e pelo usuário.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia.

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 492.442 (R\$ 493.335 em 31 de dezembro de 2016), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

Análise da obrigação atuarial

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação e do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	1.189.407	1.029.004	Valor justo dos ativos do plano no início do período	771.966	656.657
Custo dos serviços correntes	2.321	1.934	Retorno esperado dos ativos do plano	92.061	90.605
Custos dos juros	137.959	138.053	contribuições recebidas de participantes do plano	27	24
Contribuição de participantes do plano	27	24	Contribuições do empregador	76.393	74.572
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	38.101	131.243	Benefícios pagos pelo plano	(105.472)	(110.851)
Benefícios pagos pelo plano	<u>(105.472)</u>	<u>(110.851)</u>	Ganhos (perdas) atuariais sobre os ativos do plano	<u>31.428</u>	<u>60.959</u>
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	<u>1.262.343</u>	<u>1.189.407</u>	Valor justo dos ativos do plano ao final do período	<u>866.403</u>	<u>771.966</u>

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Valor presente das obrigações atuariais	1.262.343	1.189.407
Valor justo dos ativos	<u>(866.403)</u>	<u>(771.966)</u>
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	395.940	417.441
(Ativo) passivo atuarial líquido	395.940	417.441
Efeito do reconhecimento de dívidas contratadas	96.502	75.894
(Ativo) passivo atuarial líquido apurado	<u>492.442</u>	<u>493.335</u>

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Custo do serviço corrente bruto	2.348	1.958
Contribuições de participante	(27)	(24)
Custo do serviço líquido	<u>2.321</u>	<u>1.934</u>
Juros sobre a obrigação atuarial	137.959	138.053
Rendimento esperado dos ativos no ano	(92.061)	(90.605)
Juros líquidos sobre o passivo	<u>45.898</u>	<u>47.448</u>
Total reconhecido na DRE	<u>48.219</u>	<u>49.382</u>

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	38.101	131.243
(Ganho)/Perda sobre os ativos	(31.428)	(60.959)
Varição no ajuste para reconhecimento de dívida	20.610	(43.392)
Montante reconhecido no período em ORA	<u>27.283</u>	<u>26.892</u>

Retorno real dos ativos dos planos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Retorno esperado sobre os ativos do plano	92.062	90.605
Ganho (Perda) atuarial sobre os ativos do plano	31.428	60.959
Retorno real sobre os ativos dos planos	<u>123.490</u>	<u>151.564</u>

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

<u>Principais Premissas Atuariais</u>	<u>PCA</u>	<u>PACV</u>	<u>Plano Médico</u>	<u>Plano FGTS</u>
Taxa de desconto	9,72%	9,78%	9,36%	9,31%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,72%	9,78%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	7,38%	7,38%	N/A	7,38%
Taxa de inflação esperada	4,25%	4,25%	4,25%	4,25%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,25%	4,25%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média

22. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	31/12/2016					31/12/2017
	Saldo Acumulado	Adições	Reversões	Atualização	Liquidação	Saldo Acumulado
Trabalhistas (a)	247.451	55.688	(46.754)	41.257	(12.495)	285.147
Cíveis (b)	303.582	98.776	(81.113)	75.366	(77.287)	319.324
Fiscais (c)	28.332	2.401	-	5.426	(1.442)	34.717
Regulatório (d)	24.340	8.822	-	(81)	(7.165)	25.916
Total das provisões	<u>603.705</u>	<u>165.687</u>	<u>(127.867)</u>	<u>121.968</u>	<u>(98.389)</u>	<u>665.104</u>

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

b) Riscos cíveis

Grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 13.523 (R\$13.005 em 31 de dezembro de 2016).

Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a novembro de 1998 e novembro de 1998 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia.

Provisões equivalentes a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 5.516, valor total do auto de R\$ 13.791, (R\$ 5.279 e R\$ 13.199 em 31 de dezembro de 2016, respectivamente) e de R\$ 523, valor total do auto R\$ 2.614 (R\$502 e R\$ 2.512 em 31 de dezembro de 2016, respectivamente).

d) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	562.658	552.959
Cíveis	1.065.401	937.576
Fiscais	1.792.838	1.674.601
Juizados especiais	121.878	144.419
	<u>3.542.775</u>	<u>3.309.555</u>

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão.

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema por meio de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 1.241.027 (R\$ 1.192.018 em 31 de dezembro 2016).

COFINS

Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 162.483 (R\$ 156.721 em 31 de dezembro de 2016).

Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 209.553 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 200.337 em 31 de dezembro de 2016), e tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; e (iv) comparação entre informes gerenciais e livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores.

A Companhia discute com o Estado do Rio de Janeiro a cobrança de multa formal decorrente de suposta inexatidão no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN"), no valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 29.891 (R\$ 27.275 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia discute ainda com o Estado do Rio de Janeiro a cobrança ICMS, originados da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 45.971.

Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói, Rio Bonito e Rio das Ostras, temas referentes à Taxa de Uso de Solo e com o Município de Niterói referente à Taxa de empachamento, juntos somam o valor de R\$ 37.801 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 36.400 em 31 de dezembro de 2016). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, no montante de R\$ 11.840 e 2.167, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 11.403 e R\$ 2.046 em 31 de dezembro de 2016, respectivamente).

A Companhia discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 37.594 (R\$ 34.693 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2017 de R\$ 14.510 (R\$ 13.708 em 31 de dezembro de 2016)

O Município de Magé ajuizou Execução Fiscal para cobrar multa por suposto recolhimento de ISS fora do prazo legal, no valor atualizado e provisionado de R\$ 1.128 em 31 de dezembro de 2017.

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados a ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	187.393	176.008
Cíveis	47.900	40.199
Fiscais	1.217	7.118
Total	<u>236.510</u>	<u>223.325</u>

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Está composto de ações sem valor nominal e assim distribuído:

Acionista	31/12/2017		Milhares R\$
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	
Enel Brasil S.A.	166.278.813	99,79	2.492.900
Outros	355.513	0,21	5.330
Total de ações	<u>166.634.326</u>	<u>100,00</u>	<u>2.498.230</u>

Em reunião do Conselho de Administração da acionista Enel Brasil S.A ocorrida em 23 de novembro de 2017 foi aprovado, dentro do limite do capital autorizado da referida Companhia, aumento de capital social. Em decorrência do referido aumento de capital foram emitidas novas ações, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pela Enel Américas S.A. Parte do aumento aqui tratado foi integralizado mediante contribuição e transferência para a Enel Brasil S.A de 51.728.877 ações ordinárias de emissão da Ampla Energia e Serviços S.A, as quais foram devidamente avaliadas, conforme laudos de avaliação elaborados pelo BBVA Brasil Banco de Investimento S.A., na forma do artigo 8º da Lei nº 6.404/76.

As ações de emissão da Ampla transferidas à Enel Brasil S.A como parte da integralização do aumento de capital social mencionado acima representam a totalidade das ações que a Enel Américas S.A detinha na Ampla, de modo que a Enel Américas S.A, com a referida integralização, ocorrida em 23 de novembro de 2017, deixou de ser acionista da Ampla, tendo todas as suas ações passado para a titularidade da Enel Brasil S.A, que passou a deter 97.707.384 ações de emissão da Ampla, correspondentes a 99,64% das ações de emissão da Ampla.

Além disso, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$1.200.000.000 (um bilhão e duzentos milhões de reais), mediante a emissão de 68.571.429 novas ações ordinárias. O referido aumento foi integralmente subscrito e integralizado pela acionista Enel Brasil S.A, mediante a capitalização de créditos detidos por ela em face da Companhia, no mesmo montante do aumento de capital aprovado.

Conforme deliberado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias das Sociedades, realizadas em 28 de setembro de 2016, a incorporação da Endesa Américas e da Chilectra Américas pela Enersis Américas teve efeito a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da outorga da referida Escritura, ou seja, 01 de dezembro de 2016, quando a totalidade do patrimônio de Endesa Américas e Chilectra Américas foi incorporado ao da Enersis Américas, sucedendo esta em todos os direitos e obrigações daquelas, que se dissolveram de pleno direito, sem necessidade de liquidação.

Adicionalmente, em 01 de dezembro de 2016, Enersis Américas S.A. teve sua denominação social alterada para Enel Américas S.A.. A Companhia reitera ao mercado brasileiro que a operação de incorporação das Sociedades no Chile não acarretou mudança no controle da Companhia.

b) Capital Social Autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo 1º, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 1.000.000.000,00 (hum bilhão de reais), até o limite de R\$ 2.298.230.386,65 (dois bilhões, duzentos e noventa e oito milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), mediante a emissão de ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. Em virtude dos prejuízos apurados pela a Companhia não foi destinado qualquer valor para a reserva legal.

d) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. Em virtude dos prejuízos apurados pela a Companhia não foi destinado qualquer valor para a reserva de capital de giro.

e) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo do exercício	(102.977)	(221.832)
(+) Reversão de dividendos prescritos	-	141
Prejuízo ajustado	<u>(102.977)</u>	<u>(221.691)</u>
	(102.977)	(221.691)
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	<u>(18.007)</u>	<u>(17.749)</u>
Reserva reforço de capital de giro	(120.984)	(239.440)

Como a Companhia apresentou prejuízo no ano 2017, ela não possui a obrigatoriedade de repassar dividendo mínimo obrigatório aos seus acionistas.

f) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido.

24. Lucro (prejuízo) por ação

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo líquido no período	(102.977)	(221.832)
Número de ações (por lote de mil)	166.634	98.063
Prejuízo por ação - básico e diluído (reais por ação)	(1,03399)	(2,26214)

Não há diferença significativa entre o lucro (prejuízo) por ação básico e o cálculo de lucro/(prejuízo) por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no exercício.

25. Receita líquida

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecimento faturado	6.127.371	6.325.511
Fornecimento não faturado	107.383	229.678
Consumidores	6.234.754	6.555.189
Suprimento de energia elétrica	72.508	77.362
Baixa renda	35.817	42.063
Subvenção CDE - desconto tarifário	182.936	180.275
Disponibilidade da rede elétrica	484.887	310.125
Receita de construção	1.043.446	884.905
Ativos e passivos financeiros setoriais	242.827	(518.199)
Outras receitas	80.437	44.825
Receita operacional bruta	8.377.612	7.576.545
(-) Deduções da receita		
ICMS	(1.732.793)	(1.721.457)
PIS	(130.251)	(111.530)
COFINS	(512.159)	(513.713)
ISS	(3.382)	(3.030)
Encargo setorial CDE	(612.817)	(712.064)
P&D e eficiência energética	(42.254)	(41.281)
Taxa de fiscalização	(5.676)	(6.481)
Total de deduções de receita	(3.039.332)	(3.109.556)
Total	5.338.280	4.466.989

26. Receitas (Custos/Despesas) operacionais

Descrição	31/12/2017					31/12/2016				
	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outros	Total	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outros	Total
Pessoal	(84.072)	-	(56.534)	-	(140.606)	(93.674)	-	(67.839)	-	(161.513)
Material	(11.209)	-	(2.078)	-	(13.287)	(12.185)	-	(3.624)	-	(15.809)
Serviços de terceiros	(378.321)	(6.443)	(50.773)	-	(435.537)	(427.301)	(8.299)	(48.687)	-	(484.287)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.483.259)	-	-	-	(2.483.259)	(1.825.602)	-	-	-	(1.825.602)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(380.621)	-	-	-	(380.621)	(233.329)	-	-	-	(233.329)
Encargos de serviços do sistema	(19.515)	-	-	-	(19.515)	(78.859)	-	-	-	(78.859)
Ressarcimento de encargos serviço do sistema	88.754	-	-	-	88.754	-	-	-	-	-
Custos na desativação de bens	(52.915)	-	-	-	(52.915)	(89.150)	-	-	-	(89.150)
Depreciação e amortização	(275.090)	-	(19.531)	-	(294.621)	(237.204)	-	(15.943)	-	(253.147)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(131.431)	-	-	(131.431)	-	(208.947)	-	-	(208.947)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(37.820)	-	(37.820)	-	-	(53.352)	-	(53.352)
Custo de construção	(1.043.446)	-	-	-	(1.043.446)	(884.905)	-	-	-	(884.905)
Indenizações DIC / FIC	(53.692)	-	-	-	(53.692)	(55.276)	-	-	-	(55.276)
Perda de recebíveis de clientes	-	(2.871)	-	-	(2.871)	-	(5.658)	-	-	(5.658)
Outros custos operacionais	(18.452)	-	(45.517)	-	(63.969)	(22.365)	-	(28.911)	-	(51.276)
Receita de multa por impuntualidade de clientes	-	-	-	50.059	50.059	-	-	-	51.115	51.115
Outras receitas operacionais	-	-	-	19.058	19.058	-	-	-	10.122	10.122
Total	(4.711.838)	(140.745)	(212.253)	69.117	(4.995.719)	(3.959.850)	(222.904)	(218.356)	61.237	(4.339.874)

A energia elétrica comprada para revenda foi impactada pelo aumento de 17,50% no custo médio de compra em relação ao mesmo período do ano anterior.

A redução da provisão para crédito com liquidação duvidosa constituída ao decorrer da reversão da provisão de dívidas parcelas.

27. Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	14.782	25.536
Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes	29.468	36.904
Variações monetárias	23.477	16.482
Receita financeira de ativo indenizável	74.436	139.330
Atualização crédito de Cofins	148.060	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	123.770	180.231
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	-	23.998
Outras receitas financeiras	15.519	20.816
Total da receita financeira	429.512	443.297
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(266.955)	(241.206)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(121.968)	(144.943)
Encargo de fundo de pensão	(45.898)	(47.447)
Variações monetárias debêntures	(12.943)	(40.661)
Juros debêntures	(64.191)	(102.010)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(178.038)	(216.105)
IOF	(19.177)	(24.956)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(31.907)	-
Encargos com venda de recebíveis	(121.000)	-
Outras despesas financeiras	(58.070)	(69.288)
Total da despesa financeira	(920.147)	(886.616)
Resultado financeiro	(490.635)	(443.319)

28. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(148.074)	(148.074)	(316.203)	(316.203)
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
	37.019	13.327	79.051	28.458
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(3.787)	(1.462)	(9.556)	(3.582)
Total de Imposto de renda e contribuição social no resultado	33.232	11.865	69.495	24.876

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Demonstrações do resultado e resultado abrangente			
	Balancos Patrimoniais		abrangente	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IR e CS sobre diferenças temporárias	484.980	414.575	70.405	141.743
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	98.864	102.574	(3.710)	31.388
Provisão para ações judiciais e regulatórias	226.136	205.260	20.876	27.749
Provisão para perdas de estoque	30	63	(33)	(186)
Provisão ganho/perda instrumento financeiro derivativo	20.379	24.944	(4.565)	24.944
Prejuízo fiscal	133.679	78.368	55.311	56.538
Outras	5.892	3.366	2.526	1.310
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(244.024)	(218.716)	(25.308)	(47.372)
IFRIC 12	(244.024)	(218.716)	(25.308)	(47.372)
Efeito no resultado do período	240.956	195.859	45.097	94.371
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	179.139	174.039	5.100	11.272
Plano de Pensão	183.551	174.275	9.276	9.143
Swap	(4.412)	(236)	(4.176)	2.129
Total	420.095	369.898	50.197	105.643

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do ano, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas da Administração. Para o período superior a 5 anos a Companhia tem um diferido registrado referente a provisão de riscos, fundo de pensão e instrumentos financeiros.

Segue expectativa de realização:

Ano de realização	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	71.347
2018	6.013	102.352
2019	58.869	63.059
2020	87.556	39.608
2021	99.647	40.879
2022 a 2024	206.594	69.718
2025 a 2027	209.852	201.887
Total	668.531	588.850

29. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Rio de Janeiro. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

a) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros:

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	305.915	251.357
Títulos e valores mobiliários	120.091	53.772
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	6.966	11.103
Consumidores e outras contas a receber	813.540	795.626
Ativo financeiro setorial	75.332	-
Ativo indenizável (concessão)	2.864.913	2.242.355
	<u>4.186.757</u>	<u>3.354.213</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificação de risco realizada pela Agencia Standard & Poor's (escala nacional):

Caixa e equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários	31/12/2017	31/12/2016
AA-	271.710	172.901
AAA	-	28
A+	2.401	4.707
AA+	78.463	113.051
Banco Central do Brasil	36.330	13.226
Numerário em trânsito	36.224	574
Não avaliado	878	642
Total Geral	<u>426.006</u>	<u>305.129</u>

<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
AA-	(46.972)	(65.022)
Total Geral	<u>(46.972)</u>	<u>(65.022)</u>

No caso dos créditos com Consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e consequentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas a dólar da Companhia possuem contratos de *swap* (Dólar para Real e Libor para CDI)

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quanto o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Empréstimos e financiamento	634.738	376.104
Exposição patrimonial	634.738	376.104
Instrumentos financeiros Notional	(636.120)	(359.494)
Exposição cambial total	<u>(1.382)</u>	<u>16.610</u>

d) **Risco de encargos de dívida**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía 83% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, SELIC, TJLP, IPCA e Libor), sendo que 14% eram atreladas a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com recursos BNDES. Com finalidade de evitar riscos com variações cambiais, para as dívidas atreladas ao dólar (20% do total), a Companhia realizou operações de hedge por meio de contrato de *swap*, trocando taxa e variação cambial por CDI+spread. Além disso, a Companhia acompanha as taxas de juros e de inflação, de forma a observar a necessidade de contratar derivativos para se proteger contra possíveis flutuações destas taxas.

Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas demonstrações de resultados. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou um resultado positivo não realizado na operação de *swap* no montante de R\$ 46.970 (resultado negativo no montante de R\$ 65.020 em 31 de dezembro 2016), e possui reconhecido o saldo dos ganhos com os instrumentos financeiros derivativos reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 12.281 (saldo negativo no montante de R\$ 6.262 em 31 em de dezembro 2016).

Caixa e equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Selic	6.402	2	6.553	2
CDI	259.681	94	255.679	95
Pré-Fixado	9.258	3	8.072	3
Total	275.341	100	270.304	100

Ativo indenizável (concessão)	31/12/2017	%	31/12/2016	%
IPCA	2.864.913	100	2.242.355	100
Total	2.864.913	100	2.242.355	100

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Taxa Fixa	537.641	17	189.920	6
TJLP	447.010	14	369.015	11
Selic	133.131	4	151.392	5
CDI	1.789.802	57	1.959.516	59
IPCA	230.888	7	607.900	18
Libor	7.730	-	16.609	1
Total	3.146.202	100	3.294.352	100

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

e) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro disponíveis para a Ampla por meio de contratos firmados com o Banco Bradesco no valor de R\$ 50.000, Banco Santander no valor de R\$ 100.000, totalizando R\$ 150.000. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mutuo com sua Controladora Enel Brasil aprovado pela Aneel até 10 de dezembro de 2019 no valor de até R\$ 2.200.000, dos quais, em 31 de dezembro de 2017, estavam disponíveis o montante de R\$ 1.370.060

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados nas Notas 17 e 18, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

O índice de endividamento no período findo em 31 de dezembro de 2017 é de 44% e em 2016 de 46%.

As tabelas a seguir apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	8.180	5.365	29.200	393.055	-	435.800
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	15.853	41.870	284.860	1.031.954	-	1.374.537
Debêntures	-	-	44.792	702.466	-	747.258
Empréstimos com Parte Relacionada	63.132	695.473	10.755	193.611	-	962.971
	87.165	742.708	369.607	2.321.086	-	3.520.566
31 de dezembro de 2016						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	2.891	5.625	25.037	112.257	26.019	171.829
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	29.588	33.936	148.231	830.868	-	1.042.623
Empréstimos com Parte Relacionada	202.889	25.024	105.742	1.240.079	-	1.573.734
Debêntures	22.835	-	438.552	634.660	-	1.096.047
	258.203	64.585	717.562	2.817.864	26.019	3.884.233

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos a seguir:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017					
"Swaps" de juros 08/01/16	-	1.368	31.400	-	32.768
"Swaps" de juros 07/03/16	-	5.776	4.687	34.316	44.779
"Swaps" de juros 05/07/17	6.356	-	4.437	35.105	45.898
"Swaps" de juros 07/12/17	-	66	16	-	82
"Swaps" de juros 08/12/17	-	124	65	20	209
	6.356	7.334	40.605	69.441	123.736
31 de dezembro de 2016					
"Swaps" de juros 03/09/12	-	-	(13.988)	(11.351)	(25.339)
"Swaps" de juros 08/11/12	-	-	(12.817)	(28.856)	(41.673)
	-	-	(26.805)	(40.207)	(67.012)

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Categoria	Nível	31/12/2017		31/12/2016		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	305.915	305.915	251.357	251.357
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	120.091	120.091	53.772	53.772
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	-	-	63.601	63.601
Consumidores	Empréstimos e recebíveis	2	813.540	813.540	795.626	795.626
Consumidores - serviços prestados	Empréstimos e recebíveis	2	85.585	85.585	84.519	84.519
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Empréstimos e recebíveis	2	6.966	6.966	11.103	11.103
Empréstimos com partes relacionadas em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	1.202	1.202	2.356	2.356
Ativos financeiros setoriais	Empréstimos e recebíveis	2	75.332	75.332	-	-
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	2.864.913	2.864.913	2.242.355	2.242.355
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	1.865.971	1.860.676	1.875.983	1.826.806
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	598.522	601.630	977.243	953.470
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	634.737	634.737	376.104	372.590
Passivos financeiros setoriais	Outros passivos financeiros	2	32.088	32.088	60.481	60.481
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Outros passivos financeiros	2	53.938	53.938	76.125	76.125
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	900.529	900.529	689.020	689.020

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2:** dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3:** dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Instrumento financeiro derivativo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de dezembro de 2017 estão dispostos a seguir:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado	Diferença	Valor de referência (Notional)
Swap Libor x DI 08.01.16 Citibank	(26.730)	(24.244)	2.486	150.000
Swap Libor x DI 07.03.16 Santander	(32.722)	(29.694)	3.028	277.718
Swap Fixo(USD) x DI 05.07.16 Itaú	(6.108)	3.109	9.217	249.999
Swap DI x Fixo 07.12.17 Santander	(1)	2.637	2.638	152.564
Swap DI x Fixo 08.12.17 Itaú	(52)	1.220	1.273	283.162

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2017.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2017 haviam 5 (cinco) contratos de *swap*, sendo dois contratos de Libor para CDI e um de dólar para CDI, a fim de diminuir a exposição às flutuações das variações cambiais, conforme demonstrado a seguir:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
				31/12/2017	31/12/2016
Contratos de swaps:					
HSBC BANK BRASIL S.A.	03/09/2012	16/06/2017	CDI + 1,02%aa 10,05% aa	-	787
CITIBANK S.A.	08/01/2016	24/12/2018	Libor + 2,40%aa CDI + 1,90%aa	(24.244)	(28.233)
SANTANDER (Brasil) S.A.	07/03/2016	07/03/2019	Libor + 1,53%aa CDI + 0,40%aa	(29.694)	(37.576)
ITAÚ S.A.	05/07/2017	05/07/2021	USD + 4,210%aa 115,65% CDI	3.109	-
SANTANDER (Brasil) S.A.	07/12/2017	07/03/2019	CD + 1,90%aa FIXO	2.637	-
ITAÚ S.A.	08/12/2017	24/12/2018	CD + 1,90%aa FIXO	1.220	-

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide a seguir análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2017 estabelecida por meio das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3 (antiga BM&F). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Ativos	Risco	Base 31/12/2017	Cenários projetados - DEZ.2018		
			Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	6.402	105	79	53
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	259.681	4.338	3.278	2.202
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pre-fixado	9.257	-	-	-
Ativo indenizável	Redução do IPCA	2.864.913	176.718	132.539	88.359
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(1.117.990)	(83.354)	(94.613)	(105.703)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pre-fixado	(106.600)	(7.431)	(7.431)	(7.431)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(447.010)	(43.099)	(49.765)	(56.339)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Selic	(133.131)	(12.676)	(14.727)	(16.750)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(1.102.853)	(24.149)	(31.081)	(37.895)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(230.888)	(28.643)	(31.151)	(33.633)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(7.730)	(196)	(1.498)	(2.584)
			<u>(18.387)</u>	<u>(94.370)</u>	<u>(169.721)</u>

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%	Cenário + 50%
Santander 4131	8.792	67.257	116.057
Swap Ponta Ativa	(8.596)	(65.759)	(113.473)
Swap Ponta Passiva	19.343	23.735	28.066
Swap Santander Ponta Ativa - PP	(24.134)	(28.652)	(33.106)
Swap Santander Ponta Ativa - PP	21.089	21.089	21.089
Citi 4131	5.283	31.768	53.875
Swap Ponta Ativa	(5.283)	(31.768)	(53.875)
Swap Ponta Passiva	11.420	13.558	15.665
Swap Citi Ponta Ativa - PP	(11.558)	(13.721)	(15.854)
Swap Citi Ponta Passiva - PP	11.765	11.765	11.765
ITAÚ 4131	10.552	10.552	10.552
Swap Ponta Ativa	(10.928)	(10.928)	(10.928)
Swap Ponta Passiva	19.737	24.466	29.118
Total	<u>47.482</u>	<u>53.362</u>	<u>58.951</u>

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI e da Libor sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa.

30. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.432.722 em 2018, R\$ 2.528.031 em 2019, R\$ 2.516.199 em 2020, R\$ 2.687.932 em 2021 e R\$ 60.517.239 após 2021.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no período em 31 de dezembro de 2017 que foram homologados pela ANEEL.

31. Participação nos resultados

O montante dessa participação no exercício de 2017 foi de R\$ 13.066 (R\$ 19.967 em 2016).

32. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel. A Administração da Companhia considera que os montantes são adequados.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização (R\$)
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2017	31/10/2018	R\$ 1.446.197	163.510
Responsabilidade civil	01/11/2017	31/10/2018	N/A	654.040

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Ampla Energia e Serviços S.A.
Niterói - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Ampla Energia e Serviços S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receita (notas explicativas n° 2.10 e 25)

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de venda de energia elétrica, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os riscos observados referem-se:

- (i) Reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou lançamento por erro ou fraude;
- (ii) Faturamento por valores maiores do que o efetivamente estabelecido na tabela de preço vigente à época;
- (iii) Estimativa utilizada para o reconhecimento dos valores de eletricidade fornecidos aos consumidores entre a data da última leitura do medidor e o final do ano (“fornecimento não faturado”).

Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de Receita (notas explicativas n° 2.10 e 25)

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a conferência em detalhe dos critérios de reconhecimento de receitas que suportam o registro das faturas ao longo do exercício e confirmação que estão consistentes de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais; efetuamos testes detalhados, com base em amostragem estatística, que compreendeu seleção dos lançamentos contábeis registrados no faturamento, examinando faturas de energia e os respectivos recebimentos; efetuamos teste global de receita de venda de energia elétrica; confrontamos as faturas emitidas com a tabela vigente aplicável ao ciclo tarifário e para a receita estimada (“fornecimento não faturado”) realizamos procedimentos analíticos utilizando dados reais para nos permitir definir as expectativas quanto ao nível estimado de receita comparando isso com a estimativa da Companhia. Nós também avaliamos os pressupostos da Companhia relativos ao volume e preço utilizado na determinação do nível de receita estimada e a sua adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas n° 2.3 (a), 5 e 8)

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e cenário econômico atual e prospectivo.

A Administração da Companhia, durante o exercício de 2017, readequou sua política contábil de mensuração e divulgação da provisão para créditos de liquidação duvidosa às políticas realizadas pela área de gestão de crédito.

Reconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios (nota explicativa n° 11)

As receitas de energia elétrica das distribuidoras devem considerar uma tarifa (após revisão e homologação da ANEEL) capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Em virtude disso, a Companhia registra ativos e/ou passivos regulatórios decorrente da diferença entre os custos incorridos e o valor da tarifa recebida no último no reajuste tarifário (cobertura tarifária). Em virtude da complexidade e detalhes específicos aplicáveis ao setor elétrico, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos ativos e passivos regulatórios.

Resposta da auditoria ao assunto de Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas n° 2.3 (a), 5 e 8)

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação da estimativa definida pela Administração para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, realização de recálculo matemático da referida provisão e desafiamos o julgamento da Administração decorrente a estimativa definida onde foram totalizados todos os créditos, independente se vencidos ou a vencer, dos consumidores com faturas registradas como provisão para crédito de liquidação duvidosa (“efeito arrasto”). Avaliamos esse total como parte de nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis a estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como as divulgações nas notas explicativas n° 5 e 8 no contexto das demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios (nota explicativa n° 11)

Os nossos procedimentos de auditoria consideraram a avaliação dos ativos e passivos regulatórios registrados com base nas regulamentações expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação da nota explicativa n° 11 às demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os ativos e passivos regulatórios, consideramos que os critérios e premissas adotadas para reconhecimento dos referidos ativos e passivos regulatórios, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Avaliação de perda por *impairment* de ativo imobilizado e intangível (notas explicativas n° 2,6, 13 e 14)

A Companhia possui registrado ativo imobilizado e intangível no montante de R\$ 3.477.898 mil, em 31 de dezembro de 2017 referente a investimentos realizados oriundos do direito de concessão de distribuição de energia elétrica. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de *impairment* desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis da Companhia tomadas em conjunto.

Reconhecimento de Benefícios Pós Emprego (notas explicativas n° 2.8 e 21)

A Companhia possui benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, conforme requerido pelo CPC 33 - Benefício pós-emprego, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos passivos decorrente a benefícios pós-emprego.

Resposta da auditoria ao assunto de Avaliação de perda por *impairment* de ativo imobilizado e intangível (notas explicativas n° 2,6, 13 e 14)

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (CGU) preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive a comparação com os seus planos mais recentes de negócios. Questionamos as principais premissas da Administração para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em *impairment* do ativo imobilizado e intangível, consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas. Avaliamos também a adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Nossos trabalhos revelaram que as premissas e a metodologia de avaliação do fluxo de caixa futuro utilizadas estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado, assim como em relação ao período anterior e o plano de negócios da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de Benefícios Pós Emprego (notas explicativas n° 2.8 e 21)

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o envolvimento de especialista atuarial na revisão da estimativa e metodologia utilizada para cálculo dos benefícios e a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação da nota explicativa n° 21 às demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos apropriadas os julgamentos, estimativas e divulgações preparadas pela Administração incluídas na nota explicativa n° 21 relacionadas ao reconhecimento e mensuração dos saldos de benefícios pós emprego, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ênfase

Reapresentação dos saldos comparativos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, a Administração da Companhia procedeu reclassificações relacionadas ao critério de apresentação do contas a receber e da provisão para crédito de liquidação duvidosa, em 2017. Os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

- As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração;
- Do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - RJ

Declaração da Diretoria da Companhia

Após examinadas, discutidas e revisadas as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2017, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do resultado de 2017, a Diretoria da Companhia, neste ato representada pelo Diretor-Presidente, declara que tais documentos refletem adequadamente a situação da Companhia e de seus negócios e, que, portanto, concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Niterói, 19 de fevereiro de 2018.

Ramon Francisco Castañeda Ponce

Diretor-Presidente, Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes e Presidente da Reunião

Manifestação do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A., neste ato representados pelo Presidente do mesmo, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2017, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, de Outros Resultados Abrangentes, complementadas pelas Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro do exercício, acompanhados do relatório da auditoria externa, sem ressalvas, emitido pela BDO RCS Auditores Independentes S.S., e respectivos esclarecimentos prestados por seu representante, este Conselho de Administração, tendo aprovado os referidos documentos, propõe sua submissão à Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Niterói, 26 de fevereiro de 2018.

Mario Fernando de Melo Santos
Presidente da Mesa e do Conselho